

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE



2019 | 2020



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE

2019-2020

Em ficheiros anexos são disponibilizados os dados estatísticos e os valores subjacentes aos gráficos.



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Lisboa, 2020 • www.bportugal.pt

Índice

Editorial | **5**

I Enquadramento internacional | **7**

1 Desenvolvimentos recentes e perspetivas | **9**

Caixa 1 • A ação do FMI no contexto da crise pandémica e o apoio aos Países de Língua Portuguesa | **12**

2 Países de Língua Portuguesa - Indicadores Socioeconómicos | **13**

II Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste | **15**

1 Angola | **17**

2 Cabo Verde | **23**

3 Guiné-Bissau | **29**

4 Moçambique | **35**

5 São Tomé e Príncipe | **41**

6 Timor-Leste | **47**

III Relações económicas e financeiras | **53**

1 Relações económicas e financeiras de Portugal com os PALOP e Timor-Leste | **55**

Caixa 2 • Relações comerciais bilaterais entre os Países de Língua Portuguesa | **60**

Editorial

Na sua 27.^a edição, a *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste* prossegue o objetivo de contribuir para a divulgação de informação quantitativa e analítica consistente sobre os PALOP e Timor-Leste, bem como do seu enquadramento internacional e dos desenvolvimentos observados nas relações bilaterais de Portugal com estes países a nível económico e financeiro.

O impacto transversal da pandemia de COVID-19 criou disrupções importantes em todos os países e um nível de incerteza sem precedentes. A situação obrigou a uma alteração do foco de análise desta edição, mais centrada nos desenvolvimentos recentes, nas medidas de resposta à pandemia e nas projeções para 2020.

Esta edição – procurando também ir ao encontro dos resultados de um exercício de avaliação dirigido aos leitores em abril de 2020 e das muitas ideias aí recolhidas – introduz mais elementos infográficos, novos indicadores económicos e análises transversais em caixas temáticas.

A elaboração da *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste* requereu, como sempre, a colaboração de várias entidades¹. Um especial reconhecimento e reiterado agradecimento deve justamente ser dirigido, neste contexto, aos nossos homólogos e parceiros, os bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, assim como à Direção Nacional para a Guiné-Bissau do Banco Central dos Estados da África Ocidental.

Outubro de 2020

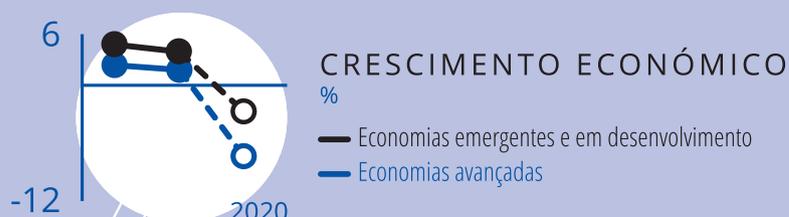
1. Os dados estatísticos que servem de base à elaboração desta edição foram essencialmente obtidos até ao final de agosto de 2020.





I Enquadramento internacional

Impacto da pandemia de COVID-19 na economia mundial



1 Desenvolvimentos recentes e perspectivas

O impacto da pandemia de COVID-19 sobre o **crescimento económico global** em 2020 tem revelado uma magnitude e sincronização sem precedentes. Com um grau de incerteza superior ao habitual, as projeções de junho do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontavam para uma contração de 4,9% – de 8% para as economias avançadas e de 3% para as emergentes e em desenvolvimento. As medidas de contenção impostas para prevenir a propagação do vírus, aliadas às restrições voluntárias adotadas pela população, provocaram choques sem precedentes na procura e na oferta agregadas, sobre um quadro macroeconómico e financeiro global que já se apresentava fragilizado. O crescimento global em 2019 tinha sido o mais baixo da última década, num contexto de incerteza crescente, de intensificação das tensões comerciais e de abrandamento da procura global. Em 2020, são esperadas recessões profundas e simultâneas na generalidade das economias, que deverão afetar os mercados de trabalho e levar a um retrocesso na redução dos níveis de pobreza, dado o efeito agudo desta crise sobre as populações de rendimentos mais baixos.

O atual contexto recessivo intensificou a tendência de desaceleração da inflação já observada em 2019. A contração da procura agregada e a queda dos preços dos combustíveis deverão compensar as pressões inflacionistas resultantes de disrupções do lado da oferta ou da depreciação cambial. Assim, as projeções do FMI para o crescimento dos preços em 2020 foram revistas em baixa em junho, com a taxa de **inflação** homóloga a diminuir 1,1 pontos percentuais (pp), para 0,3%, nas economias avançadas, e 0,7 pp, para 4,4%, nas economias emergentes e em desenvolvimento.

A crise tem-se revelado particularmente severa para as economias com maior grau de abertura ao **comércio internacional**, o qual deverá registar uma redução de 12% em 2020 (previsão de junho do FMI). Em particular, economias onde o setor do turismo é relevante (como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) têm em perspectiva uma retração súbita e prolongada numa importante fonte de rendimento e de divisas. De igual forma, os países exportadores de matérias-primas (dos quais fazem parte quase dois terços dos países emergentes e em desenvolvimento, incluindo Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor-Leste) enfrentam choques contracionistas significativos, quer pelo arrefecimento da procura quer pela queda dos preços. As consequências tenderão a ser vincadas para as economias exportadoras de recursos naturais, que já acumulavam vulnerabilidades desde o colapso dos preços entre 2014 e 2016.

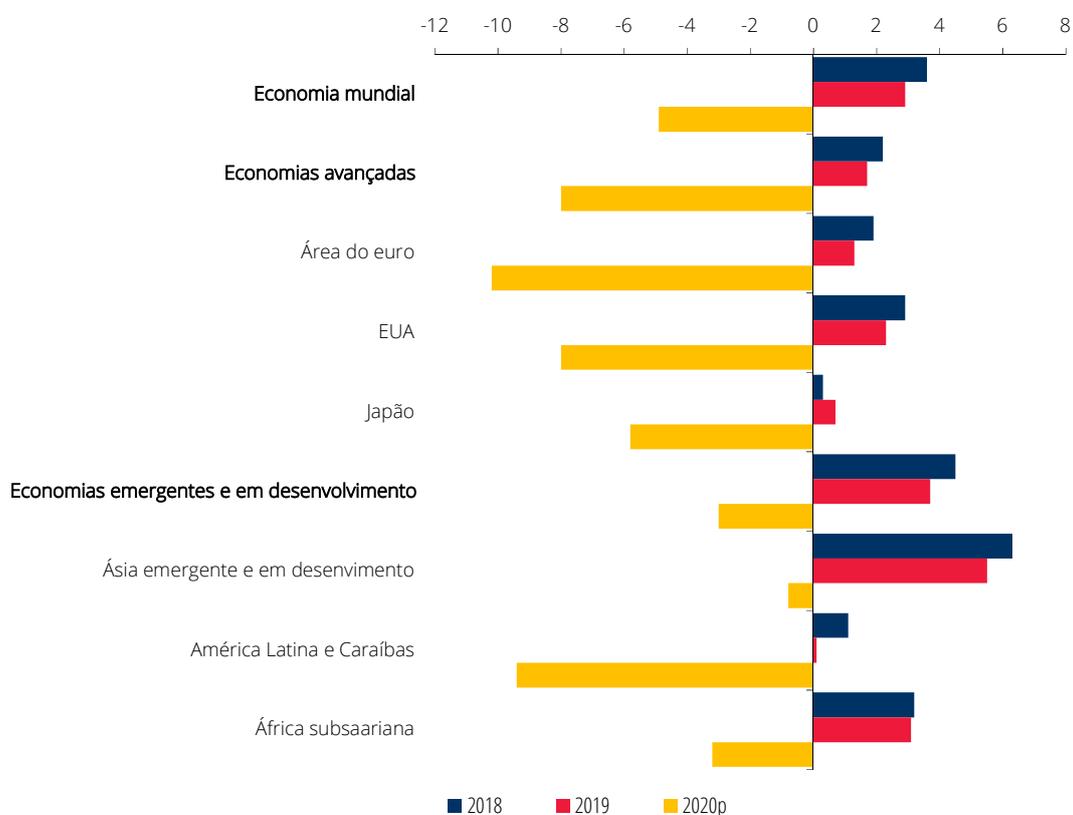
A dimensão e a natureza simétrica e global da crise desencadeou uma resposta de políticas públicas sem precedentes e um crescimento dos **défices orçamentais**. Nas economias avançadas, os governos estão a implementar medidas de estímulo orçamental significativas apoiadas por políticas monetárias expansionistas de larga escala. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, a resposta ao impacto da pandemia está a ser complementada pelas instituições internacionais multilaterais, que avançaram com apoio técnico e financeiro. O FMI e o Banco Mundial aumentaram significativamente o **financiamento de emergência** e implementaram uma moratória no pagamento da dívida dos países com os quais têm programas de apoio financeiro, a que se somou a *Debt Service Suspension Initiative*, promovida pelo G20 e pelo Clube de Paris, na qual participam Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe (Caixa 1).

As medidas contracíclicas de política orçamental e monetária têm permitido atenuar perdas, preservando empregos, prevenindo falências e contribuindo para manter a estabilidade financeira e melhorar o sentimento de mercado, criando assim condições para a recuperação da atividade. No entanto, nos países emergentes e em desenvolvimento a maioria dos financiamentos de resposta à crise, ainda que atribuídos em condições concessionais, têm constituído um fator adicional de pressão sobre a sustentabilidade das dívidas soberanas a médio prazo. Depois da crise financeira de 2007-2009, os níveis de endividamento das economias emergentes e em desenvolvimento têm vindo a crescer, num contexto prolongado de taxas

de juro baixas em que a procura de rendimento por parte dos investidores contribuiu para a redução dos seus prémios de risco. O agravamento dos défices externos e orçamentais induzidos pela atual crise torna estas economias vulneráveis ao aumento dos custos de financiamento ou à perda de acesso aos mercados. Outra importante vulnerabilidade reside na dimensão do setor informal, que representa, em média, cerca de um terço do PIB e 70% do emprego total. Associada a elevados níveis de pobreza e à falta de acesso a saneamento, cuidados de saúde e proteção social, a informalidade constitui uma forte condicionante à capacidade de contenção da propagação da COVID-19 e de superação da atual crise económica.

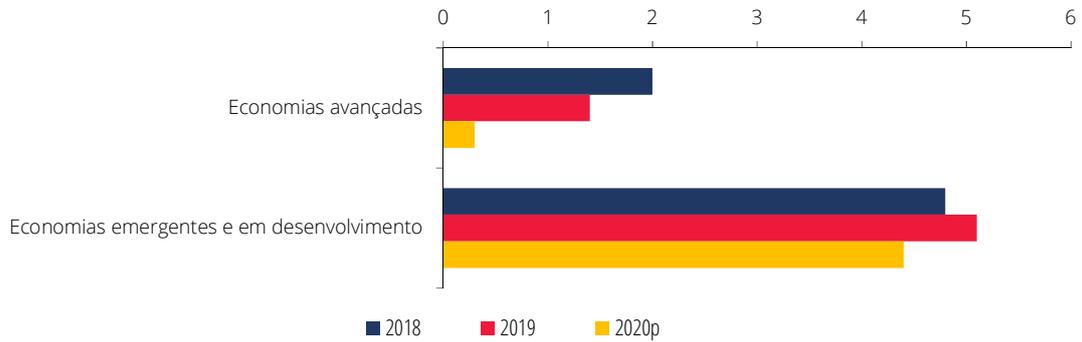
Os seis países lusófonos em análise – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste – como pequenas economias abertas com elevado grau de interdependência face ao exterior, são particularmente afetadas por este enquadramento internacional desfavorável. Antecipase um impacto expressivo da pandemia nos níveis de crescimento económico, com repercussões sobre os equilíbrios orçamental e externo, seja pelo aumento da despesa, seja pela expetável redução das tradicionais fontes de financiamento externo: as receitas do turismo (sobretudo Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), as receitas de exportação de matérias-primas (com maior expressão em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau), as remessas de emigrantes (relevantes em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) e o investimento direto estrangeiro (fator relevante para os seis países). Merece ainda destaque o impacto da queda dos preços no mercado do petróleo, afetando desfavoravelmente Timor-Leste e, sobretudo, Angola (com a economia timorense mais resguardada, pelo efeito amortecedor inerente ao seu Fundo do Petróleo). Por fim, importa notar que estes países beneficiaram de assistência externa por diferentes instituições multilaterais, na melhoria dos sistemas de saúde para responder à crise sanitária e, com exceção de Timor-Leste, no apoio às necessidades de financiamento do Estado.

Gráfico I.1.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



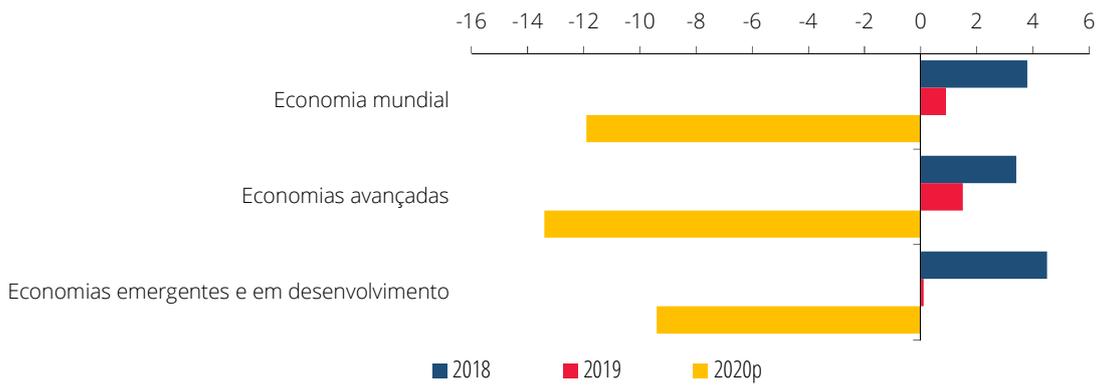
Fonte: FMI, *World Economic Outlook update* (dados de 24 de junho de 2020).

Gráfico I.1.2 • Inflação | Taxas de variação homóloga do IPC, em %



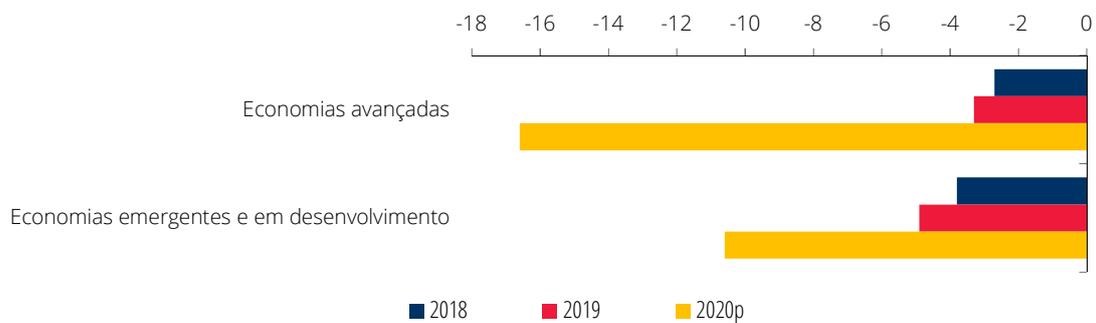
Fonte: FMI, *World Economic Outlook update* (dados de 24 de junho de 2020).

Gráfico I.1.3 • Comércio internacional (exportações e importações de bens e serviços) | Taxas de variação real, em %



Fonte: FMI, *World Economic Outlook update* (dados de 24 de junho de 2020).

Gráfico I.1.4 • Saldo orçamental | Em % do PIB



Fonte: FMI, *World Economic Outlook update* (dados de 24 de junho de 2020).

Caixa 1 • A ação do FMI no contexto da crise pandémica e o apoio aos Países de Língua Portuguesa

Face à crise global, sincronizada e de intensidade sem precedentes, desencadeada pela pandemia de COVID-19, a resposta do Fundo Monetário Internacional, enquanto instituição no centro da rede de segurança financeira global, foi rápida e expressiva.

O FMI declarou-se pronto para apoiar os membros, em especial os mais vulneráveis, fazendo uso do conjunto de instrumentos e recursos à sua disposição, numa abordagem colaborativa com outras instituições e parceiros internacionais.

Numa primeira fase, a reação centrou-se na assistência financeira de emergência, cuja utilização aumentou de forma significativa – foram apoiados 80 países, num montante que, em meados de agosto, ascendia a cerca de 64 mil milhões de DSE (aproximadamente 88 mil milhões de USD). Os limites de acesso anual às facilidades de emergência – a *Rapid Credit Facility* (RCF) e o *Rapid Financing Instrument* (RFI) – foram temporariamente duplicados e os procedimentos de aprovação simplificados. Nesta fase, foi igualmente aumentado o financiamento disponibilizado ao abrigo de programas de assistência já em curso. Em abril, foi ainda aprovada a criação de uma nova facilidade para apoio de liquidez de curto prazo, a *Short-term Liquidity Line* (SLL).

O Fundo procurou desde logo, junto dos membros, reforçar a capacidade do principal instrumento para apoio aos países de menor rendimento com financiamento em termos concessionais, o *Poverty Reduction and Growth Trust* (PRGT). Em julho, foram temporariamente aumentados os limites anuais de acesso às facilidades regulares de assistência financeira, incluindo as do PRGT. O apoio aos países mais vulneráveis foi igualmente promovido através de um alívio temporário do serviço da dívida ao FMI, ao abrigo do *Catastrophe Containment and Relief Trust* (CCRT), com uma reformulação do instrumento e o desenvolvimento de iniciativas para reforço da sua dotação financeira tendo em vista prolongar o período de suspensão do serviço da dívida, de que podem beneficiar 29 países. Procurou-se, por esta via, facilitar o direcionamento de recursos escassos para uma resposta imediata à emergência colocada pela pandemia.

Em conjunto com o Banco Mundial, o FMI patrocinou ainda o lançamento de uma iniciativa para a suspensão do serviço da dívida aos credores oficiais bilaterais até ao final de 2020. A *Debt Service Suspension Initiative* (DSSI) foi endossada pelo G20 e apoiada pelo Clube de Paris. Até meados de setembro, 43 dos países devedores elegíveis tinham solicitado participação, o que correspondia a uma suspensão de pagamentos num montante de cerca de 5,3 mil milhões de USD. Estará em estudo o potencial prolongamento da iniciativa.

Em função das suas condições e necessidades, os PALOP têm vindo a beneficiar das facilidades e iniciativas promovidas no âmbito deste reforço da rede de segurança financeira global.

Quadro C1.1 • Impactos da COVID-19 – acesso a facilidades e iniciativas pelos PALOP | Em milhões

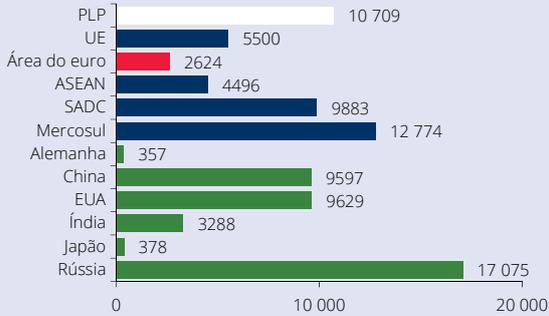
	Extended Credit Facility (ECF)	Extended Fund Facility (EFF)	Rapid Credit Facility (RCF)	Catastrophe Containment and Relief Trust (CCRT)	Debt Service Suspension Initiative (DSSI)*
	Valor do aumento de acesso à facilidade				
Angola	–	748 USD (540 DSE)	–	–	2645,6 USD
Cabo Verde	–	–	32,3 USD (23,7 DSE)	–	14,9 USD
Guiné-Bissau	–	–	–	1,48 USD (1,08 DSE)	–
Moçambique	–	–	309 USD (227,2 DSE)	14,9 USD (10,89 DSE)	294,2 USD
São Tomé e Príncipe	2,08 USD (1,48 DSE)	–	12,29 USD (9,03 DSE)	0,15 USD (0,11 DSE)	2,1 USD

* Montantes estimados a 15 de setembro, relativos ao valor potencial de moratória sobre o serviço da dívida oficial bilateral entre maio e dezembro de 2020 (Banco Mundial).

2 Países de Língua Portuguesa

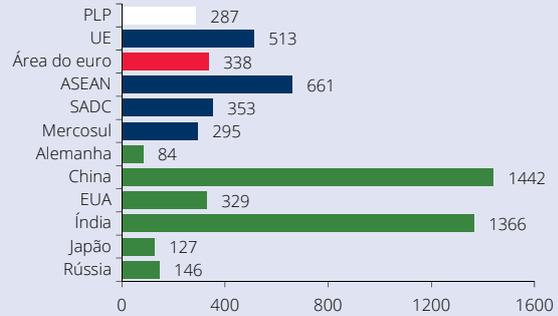
Indicadores Socioeconómicos

Gráfico I.2.1 • Área terrestre
| Milhares de km²



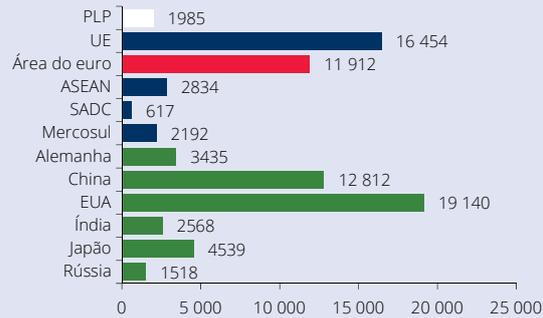
Fonte: Banco Mundial.

Gráfico I.2.2 • População
| Milhões de habitantes, 2019



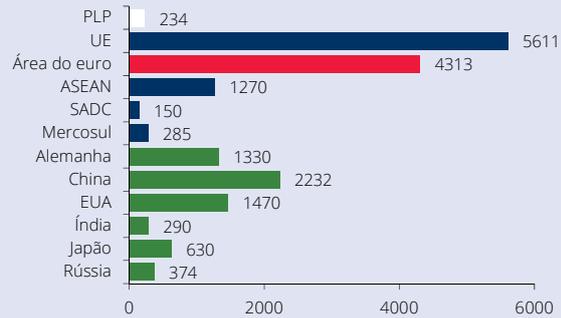
Fonte: Nações Unidas.

Gráfico I.2.3 • Produto Interno Bruto
| Em mil milhões de EUR, preços correntes, 2019



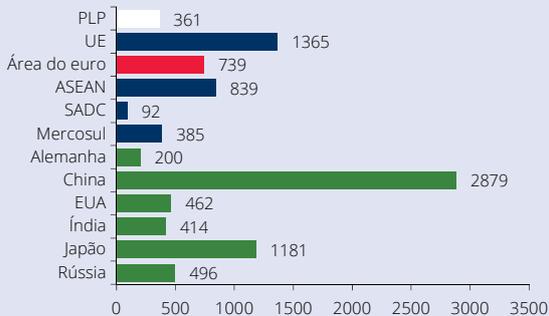
Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Gráfico I.2.4 • Exportações de bens
| Em mil milhões de EUR, 2019



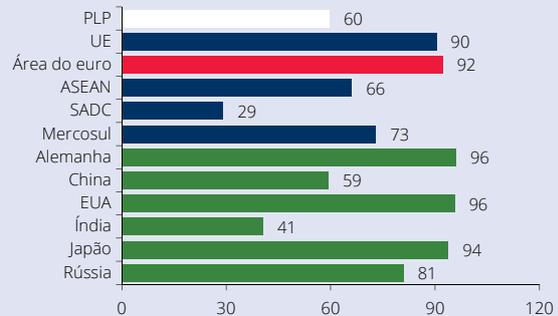
Fonte: Organização Mundial do Comércio. | Nota: Inclui exportações intracomunitárias.

Gráfico I.2.5 • Reservas cambiais
| Em mil milhões de EUR, 2019



Fonte: Banco Mundial.

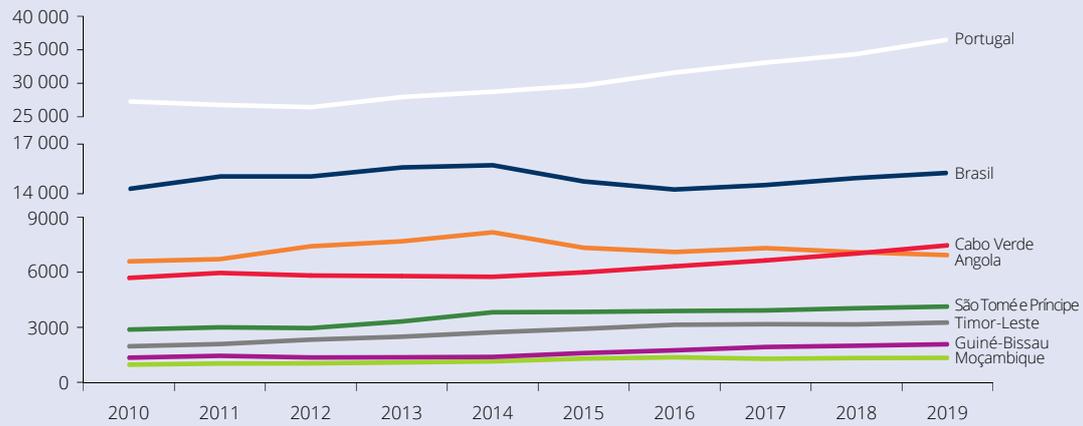
Gráfico I.2.6 • Internet | Número de utilizadores, em % da população, 2019



Fonte: Banco Mundial, UN Population Division, CIA – World Factbook e Internet World Statistics.

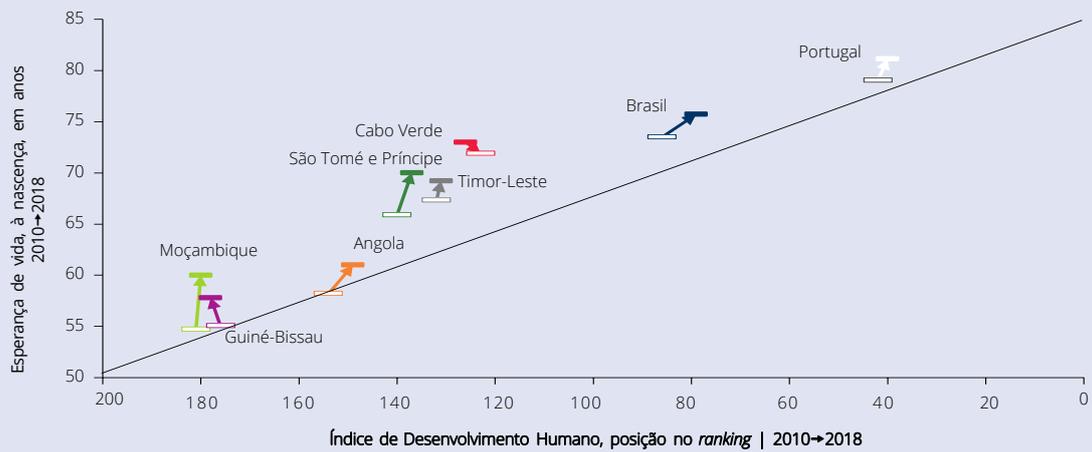
Notas: PLP – Países de Língua Portuguesa, UE – União Europeia, ASEAN – Association of Southeast Asian Nations, SADC – Southern African Development Community, Mercosul – Mercado Comum do Sul

Gráfico I.2.7 • PIB per capita | USD, em PPP, preços correntes



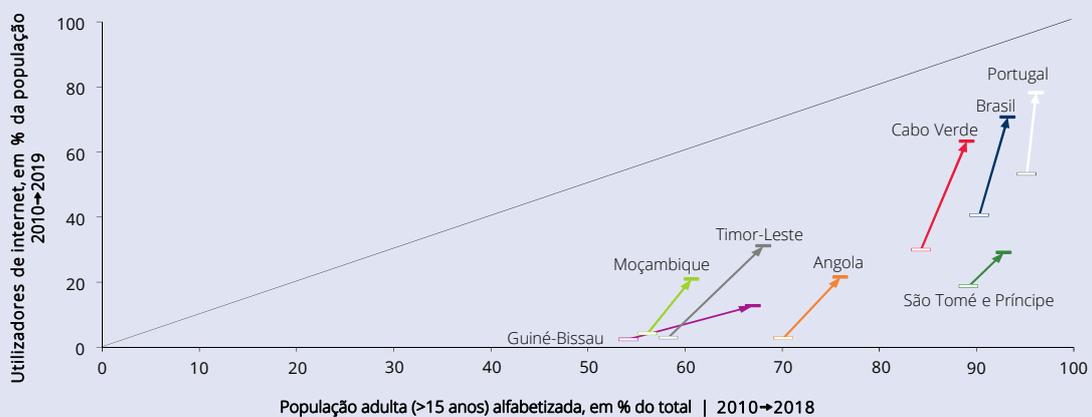
Fonte: Banco Mundial. | Nota: PPP – Paridade do poder de compra. Forma de conversão cambial alternativa às taxas de mercado. Assenta na comparação dos preços em moeda local praticados para o mesmo cabaz de bens representativos em diferentes países.

Gráfico I.2.8 • Esperança de vida vs. Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: Banco Mundial e PNUD. | Nota: Índice de Desenvolvimento Humano (*Human Development Index*): Indicador composto calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que leva em conta a esperança de vida, os níveis de educação e os de rendimento (188 países em 2010; 189 países em 2018).

Gráfico I.2.9 • Utilizadores de internet vs. Literacia



Fonte: Banco Mundial e CIA – World Factbook.



II Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste

- 1 Angola 
- 2 Cabo Verde 
- 3 Guiné-Bissau 
- 4 Moçambique 
- 5 São Tomé e Príncipe 
- 6 Timor-Leste 

Principais impactos da pandemia de COVID-19 nas economias dos PALOP e de Timor-Leste

-  ANGOLA
-  CABO VERDE
-  GUINÉ-BISSAU
-  MOÇAMBIQUE
-  SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
-  TIMOR-LESTE

RECEITAS DE TURISMO



REMESSAS DE EMIGRANTES



EXPORTAÇÕES DE MATÉRIAS-PRIMAS



INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO





1 Angola

Área 1 246 700 km²

Capital Luanda

População 32,9 milhões (2020; fonte: Nações Unidas)

Moeda Kwanza

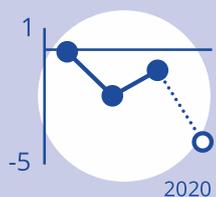
As perspetivas económicas para Angola deterioraram-se significativamente e 2020 será o quinto ano consecutivo em recessão. Ao impacto da crise sanitária na atividade económica, somam-se os efeitos de uma contração sem precedentes da procura por energia e o colapso dos preços do petróleo, choques substanciais sobre os termos de troca de uma economia em que o setor petrolífero representava 30% do PIB e mais de 95% das exportações em 2019. Os excedentes gêmeos de 2018 e 2019 nas esferas orçamental e externa deverão dar lugar a défices em 2020.

A acentuada depreciação cambial e a erosão das reservas internacionais líquidas serão insuficientes para acomodar o choque da pandemia sobre o setor externo. Na frente orçamental, a quebra de receitas petrolíferas e o crescimento da despesa associada às medidas de resposta à COVID-19, às recapitalizações no setor bancário e ao crescente serviço da dívida externa, envolverão um esforço significativo de financiamento do Estado. Com as dificuldades de acesso ao mercado internacional de capitais e o ajustamento cambial a exercer pressão sobre a sustentabilidade da dívida pública, a cobertura dos défices gêmeos da economia angolana passará pelo acesso a financiamento externo excecional, incluindo o aumento do financiamento multilateral e o reescalonamento da dívida junto dos principais credores oficiais bilaterais.

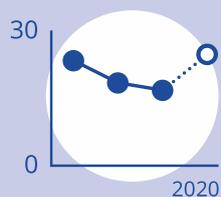
O contexto recessivo e a degradação do sentimento dos investidores deverão levar ao adiamento de investimentos estratégicos e condicionar a agenda de reformas que o executivo vinha implementando, nomeadamente com o apoio do FMI, para promover a diversificação da economia, estimular o setor produtivo privado, atrair investimento estrangeiro e combater a corrupção. Observa-se uma redução do número de programas e projetos incluídos no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-22 e prevêem-se atrasos na execução do programa de privatização de 195 empresas públicas lançado em 2019, bem como na exploração de blocos petrolíferos em águas profundas, concessionados em janeiro de 2020 no primeiro concurso público lançado desde 2011.

Em dezembro de 2018 Angola obteve acesso a um empréstimo do FMI de aproximadamente 3,7 mil milhões de USD, estando a executar um programa económico no âmbito de um acordo alargado ao abrigo da *Extended Fund Facility*. Com a conclusão da terceira avaliação ao programa, em setembro de 2020, assegurou o aumento de acesso à facilidade do FMI em aproximadamente 748 milhões de USD.

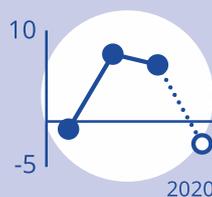
CRESCIMENTO ECONÓMICO
%



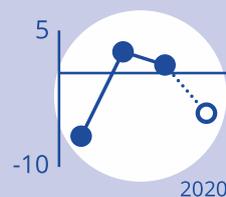
INFLAÇÃO
variação homóloga,
%



BALANÇA CORRENTE
% do PIB



SALDO ORÇAMENTAL
% do PIB



MASSA MONETÁRIA
variação %



O **crescimento económico** em 2019 foi negativo pelo quarto ano consecutivo, com a recessão do setor petrolífero a sobrepor-se à ligeira retoma dos restantes setores. A contração de 0,9% do PIB voltou a ter como principal determinante a continuada queda da produção petrolífera (de quase 7% face a 2018 e de 20% face a 2016), num contexto de baixo investimento, dificuldades operacionais e crescente maturidade dos poços em exploração.

O impacto da pandemia nas contas externas e na situação orçamental veio deteriorar as perspetivas para a economia angolana, que deverá recuar 4% em 2020 (projeção do FMI de setembro). O choque provocado pela contração da procura no mercado petrolífero foi ampliado pela queda de preços, na sequência do desacordo sobre cortes de produção e da rutura da aliança OPEP+ em março de 2020. O excesso de oferta e o rápido crescimento dos *stocks* mundiais levaram o preço do Brent a cair mais de 60% nos quatro primeiros meses do ano. Em abril, um novo acordo alcançado pela OPEP+ incluía a redução da quota de produção de Angola (de 15% em maio e junho e de 10% no segundo semestre de 2020), o que, a par da persistência de preços baixos, constitui um fator de pressão adicional sobre o setor petrolífero. Prevê-se também uma contração da atividade não petrolífera de 2,8%, considerando a limitada capacidade de intervenção contracíclica do governo para fazer face às consequências da crise sanitária e das medidas de contenção sobre a produção e o consumo, em condições de crédito restritivas e de escassez de divisas.

A **taxa de inflação homóloga** reduziu-se de 18,6% em 2018 para 16,9% em 2019. O nível geral de preços manteve uma trajetória de desinflação relativamente estável até outubro, mês em que a adoção do regime de taxa de câmbios flexíveis e a entrada em vigor do IVA marcaram uma inversão de tendência. Em 2020, apesar da consolidação orçamental e de um *output-gap* significativamente negativo, a depreciação do kwanza e uma política monetária mais acomodatória em contexto de crise deverão resultar numa nova aceleração do crescimento dos preços. As projeções apontam para uma taxa de inflação média de 25% em 2020, sendo que, em julho, a taxa de inflação homóloga era de 22,9%.

A **balança corrente** registou um saldo positivo de 6,1% em 2019, apesar da evolução desfavorável do setor petrolífero, com quedas de 8% nos preços e de 7% na produção. A balança comercial manteve um excedente de 24,6% do PIB, refletindo sobretudo o efeito da flexibilidade cambial, enquanto a balança de serviços manteve uma tendência de redução do seu défice, consistente com o declínio da produção petrolífera. A balança corrente positiva, juntamente com a antecipação da emissão de *eurobonds* conseguida em 2019, contribuiu para uma acumulação de reservas internacionais líquidas equivalentes a 6 meses de importações. Em 2020, no entanto, as contas externas de Angola deverão degradar-se significativamente, com a contração da atividade petrolífera e diamantífera a refletir-se numa queda superior a 40% no valor das exportações. Embora parcialmente mitigada por um recuo superior a 20% nas importações, esta contração deverá levar a balança corrente de volta a uma posição deficitária, estimada pelas autoridades em 2,4% do PIB. Apesar de uma ligeira recuperação do investimento direto estrangeiro, o impacto deste choque na balança de pagamentos deverá criar necessidades de financiamento externo muito superiores à prevista erosão das reservas internacionais líquidas.

Ao longo dos últimos anos observa-se um esforço consistente de **consolidação das contas públicas**, com contenção da despesa primária e mobilização de receita não petrolífera. Essa linha de política foi reforçada em junho de 2019 com a aprovação de um orçamento retificativo que reviu o preço médio de referência do petróleo de 68 USD para 55 USD por barril, respondendo à sua volatilidade, ao recrudescer das tensões comerciais e ao abrandamento da procura global. Na execução orçamental de 2019, o **saldo orçamental** global e o saldo primário foram superavitários pelo segundo ano consecutivo, em 0,8% e 6,5% do PIB, respetivamente, excedendo as metas previstas no programa de financiamento ampliado do FMI. Não obstante, a **dívida pública** atingiu 113% do PIB, refletindo o impacto de uma depreciação cambial acumulada de 66% ao longo destes dois anos. Em 2020, as contas públicas deverão ser severamente atingidas pelos efeitos da pandemia. Em março, o Governo decretou o

estado de emergência e, dois meses depois, o estado de calamidade, implementando um pacote de medidas de onde se destacam a extensão de prazos fiscais e moratórias sobre a regularização de créditos, o congelamento de despesa corrente e de capital e a redução do número de ministérios (de 28 para 21). Em julho, aprovou um orçamento retificativo em que reviu o preço médio do barril de petróleo para 33 USD, prevendo, face ao orçamento inicial, uma redução de 47% da receita petrolífera e de 7% da receita não petrolífera, enquanto a redução na despesa prevista é de apenas 9%. O novo orçamento projeta um déficit de 4% e um excedente primário de 2,2%, com a dívida pública a cifrar-se em 123% do PIB e os encargos financeiros associados a representarem um terço da despesa corrente. A dívida pública, cuja componente indexada (externa e interna) é superior a 85%, está pressionada pela depreciação cambial. Sem acesso ao mercado internacional de capitais, a utilização de depósitos do Governo e a alienação de ativos (incluindo a mobilização de 1,5 mil milhões de USD do Fundo Soberano) não serão suficientes para cobrir as necessidades de financiamento do Estado. Neste contexto, Angola beneficiará do acesso a financiamento externo excecional por instituições multilaterais, incluindo o aumento de acesso à *Extended Fund Facility* do FMI em aproximadamente 748 milhões de USD, bem como ao abrigo da *Debt Service Suspension Initiative* do G20, que inclui os principais credores bilaterais chineses e deverá representar, em 2020, uma moratória sobre o serviço da dívida equivalente a cerca de 2,7 mil milhões de USD.

O Banco Nacional de Angola (BNA) abandonou a ancoragem ao dólar em janeiro de 2018, permitindo a flutuação do kwanza entre bandas. Em outubro de 2019, implementou um **regime de taxas de câmbio flexíveis**, removendo as restrições à formação de preços nos leilões de divisas. Nesse mês, o kwanza sofreu uma depreciação de 24%, tendo a taxa de desvalorização média mensal abrandado depois para valores de um dígito, e o *spread* entre os mercados oficial e paralelo diminuído para um mínimo histórico de 6% em abril de 2020. Nesse mês, o BNA introduziu uma plataforma eletrónica para transações cambiais, que deverá ser progressivamente alargada a todas as transações de divisas.

Face à redução dos níveis de inflação e à evolução da economia, a **política monetária** assumiu uma orientação relativamente acomodaticia entre julho de 2018 e setembro de 2019. Nos meses subsequentes, a rápida depreciação cambial e o crescimento de pressões inflacionistas levaram o BNA a recalibrar a orientação da sua política, respondendo à aceleração do **crescimento da massa monetária** com a criação de uma facilidade de absorção de liquidez e o aumento do coeficiente de reservas mínimas obrigatórias. Em março de 2020, face ao choque provocado pela pandemia, as condições monetárias foram de novo flexibilizadas, procurando estimular o crédito e mitigar a potencial escassez de liquidez na economia. Não obstante, a margem de manobra da política monetária para responder à crise pandémica é limitada, face à necessidade de apoiar o processo de desinflação e compensar os efeitos da liberalização cambial.

O agravamento da recessão económica, combinado com a moratória sobre a regularização de empréstimos, coloca sob pressão a qualidade dos ativos, a rentabilidade e a liquidez do **sistema financeiro**, cujo crédito em incumprimento representava 34,9% do crédito total em abril de 2020. Uma análise à qualidade dos ativos dos 13 principais bancos no final de 2019 identificou necessidades de recapitalização significativas em dois bancos públicos, o que deverá envolver reestruturações à atividade destas entidades.

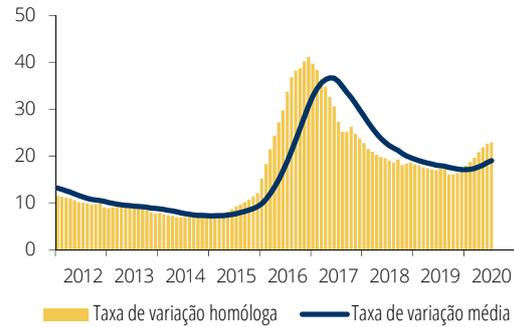
Os principais **riscos** para a economia angolana residem na persistência dos efeitos da crise sanitária e na capacidade de contenção da propagação da COVID-19, bem como na evolução do mercado petrolífero e do grau de sustentabilidade da dívida pública. A implementação bem-sucedida do programa governamental de transferências sociais de rendimento, apoiado pelo Banco Mundial, será igualmente um elemento chave na mitigação dos efeitos da recessão e na preservação da estabilidade social, face ao risco de aumento dos índices de pobreza e do desemprego – em 2019, a taxa de desemprego estimava-se em 29%, atingindo 54% nos jovens entre os 15 e 24 anos. A médio prazo, a evolução da economia deverá permanecer suscetível à dinâmica internacional e ao apoio externo.

Gráfico II.1.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



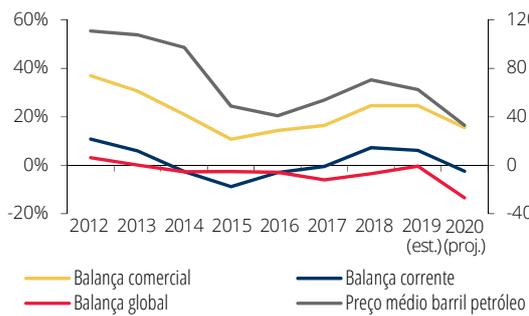
A queda da produção e a volatilidade de preços do petróleo foram a principal determinante do quarto ano em recessão, significativamente agravada em 2020 com o choque induzido pela pandemia.

Gráfico II.1.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em %



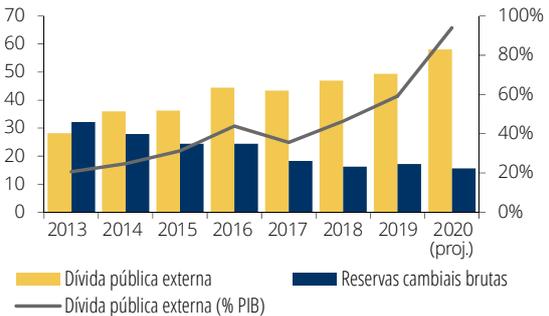
A adoção de um regime de câmbios flexíveis e a introdução do IVA reverteram a trajetória de desinflação, sendo a depreciação cambial a principal fonte de pressão sobre o crescimento dos preços.

Gráfico II.1.3 • Balança de pagamentos e preço do petróleo | Em % do PIB, preço médio do barril de petróleo em USD



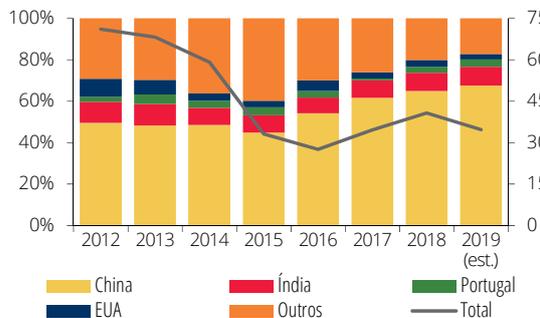
A depreciação cambial absorveu parte do choque sobre a balança corrente em 2019, mas será insuficiente para evitar o défice externo que resulta da degradação dos termos de troca em 2020.

Gráfico II.1.4 • Dívida pública externa e reservas cambiais | Em mil milhões de USD



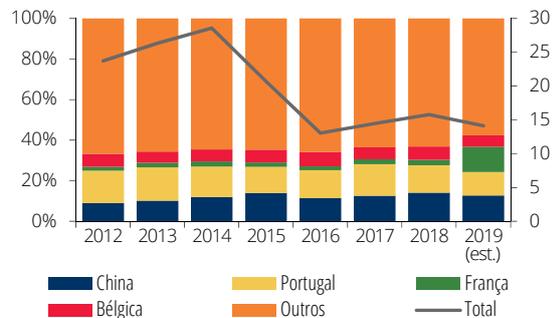
A deterioração da posição externa e a depreciação do kwanza são os principais determinantes da diminuição de reservas e do crescimento da dívida pública externa, em termos absolutos e relativos.

Gráfico II.1.5 • Exportações de petróleo bruto | Destinos em %, total em mil milhões de USD



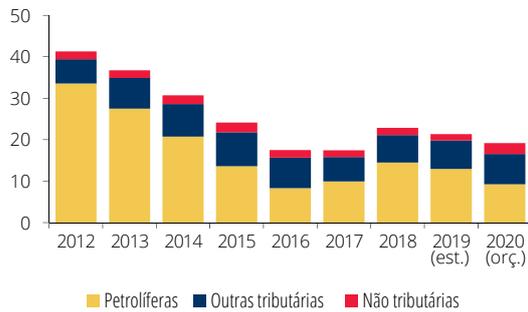
A China tem reforçado o seu peso enquanto principal destino do petróleo angolano, cujo setor registou uma evolução desfavorável face a 2018, com quedas nos preços e níveis de produção.

Gráfico II.1.6 • Importações de mercadorias | Origens em %, total em milhões de USD



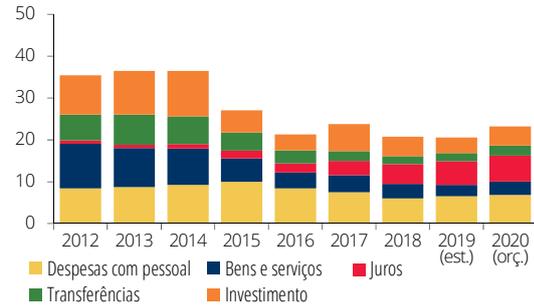
A China consolidou a sua posição como principal fornecedor de bens a Angola em 2019. O valor das importações voltou a recuar face à contração da procura e à forte depreciação cambial.

Gráfico II.1.7 • Receitas públicas | Em % do PIB



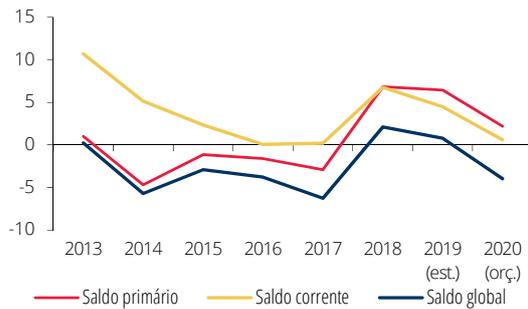
As receitas petrolíferas representavam 63% do total de receitas públicas em 2019 e deverão contrair em 2020. Observa-se um aumento progressivo da receita não petrolífera.

Gráfico II.1.8 • Despesas públicas | Em % do PIB



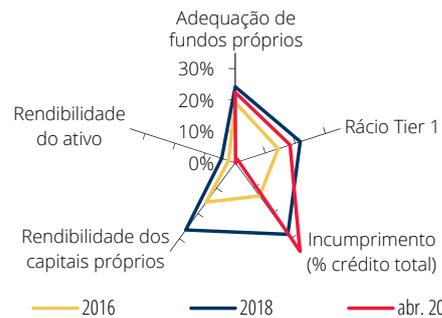
As medidas de consolidação são visíveis na contenção da despesa primária. Destaque para o aumento dos encargos com a dívida, pressionados pela depreciação cambial.

Gráfico II.1.9 • Saldos orçamentais | Em % do PIB



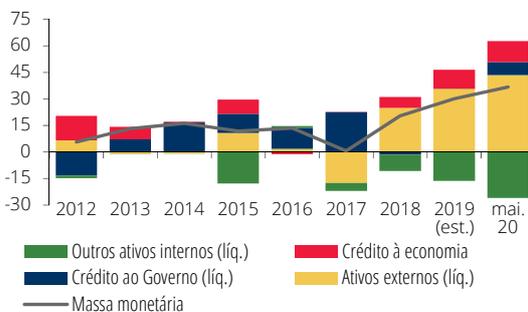
A consolidação orçamental permitiu a manutenção de um excedente primário em 2019, com a evolução dos juros a pressionar o saldo global. Os efeitos da pandemia agravarão as contas públicas em 2020.

Gráfico II.1.10 • Indicadores de estabilidade financeira



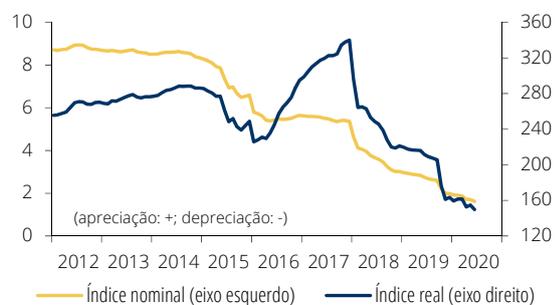
A deterioração das condições económicas repercutiu-se na degradação da qualidade dos ativos e da rentabilidade do sistema financeiro, ainda que mitigada por um reforço do nível de provisões.

Gráfico II.1.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em % do valor inicial da massa monetária



A depreciação cambial impulsionou fortemente os ativos externos desde 2018, quando denominados em kwanzas, refletindo-se também na variação do crédito à economia.

Gráfico II.1.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2000, médias mensais



A forte depreciação do kwanza, na sequência da reforma cambial introduzida no início de 2018 e aprofundada em 2019, permitiu ganhos consideráveis de competitividade externa.

Quadro II.1.1 • Principais indicadores económicos

		2017	2018	2019		2020	
				Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços							
PIB nominal	mil milhões de EUR	108,2	86,2	86,5	74,8	56,4	-
PIB real	taxa de variação anual	-0,1	-2,0	0,3	-0,9	-4,0	-
Setor petrolífero	taxa de variação anual	-5,3	-9,4	-2,6	-6,6	-6,8	-
Outros setores	taxa de variação anual	1,2	-0,1	1,6	1,6	-2,8	-
Produto <i>per capita</i>	USD, em PPP ^(a)	7311	7097	-	6930	-	-
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	23,7	18,6	15,0	16,9	23,1	22,9 jul.
Inflação (IPC)	taxa de variação média	29,8	19,6	17,5	17,1	25,0	19,0 jul.
Finanças públicas							
Receitas totais	% do PIB	17,5	22,9	19,3	21,3	19,2	-
Receitas petrolíferas	% do PIB	9,9	14,5	11,5	13,0	9,3	-
Despesas totais	% do PIB	23,7	20,8	19,3	20,5	23,2	-
Despesas correntes	% do PIB	17,3	16,1	16,0	16,9	18,6	-
Despesas de investimento	% do PIB	6,5	4,6	3,4	3,7	4,6	-
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	-6,3	2,1	0,0	0,8	-4,0	-
Dívida pública externa	% do PIB	35,5	46,4	-	59,1	-	79,2 mar.
Moeda e crédito							
Ativos externos líquidos	taxa de variação anual	-30,4	62,5	-	66,7	-	84,6 mai.
Crédito à economia	taxa de variação anual	0,4	12,4	-	22,5	-	24,9 mai.
Massa monetária (M3)	taxa de variação anual	0,6	20,4	-	30,1	-	36,8 mai.
Taxas de juro							
Crédito em moeda nacional ^(b) (180 d)	taxa anual	18,7	19,8	-	14,4	-	19,5 mai.
Depósitos em moeda nacional (180 d)	taxa anual	7,1	10,4	-	8,0	-	9,8 mai.
Depósitos em moeda estrangeira (180 d)	taxa anual	2,3	2,2	-	1,8	-	5,9 mai.
Facilidade permanente de cedência de liquidez	taxa anual	20,0	16,5	-	15,5	-	15,5 mai.
LUIBOR ^(c) <i>overnight</i>	taxa anual	17,8	16,8	-	22,5	-	15,4 mai.
Estabilidade financeira							
Adequação dos fundos próprios	%	18,9	24,2	-	24,1	-	22,4 abr.
Incumprimento/crédito total	%	28,8	28,3	-	32,4	-	34,9 abr.
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	%	14,5	26,6	-	7,8	-	-1,2 abr.
Balança de pagamentos							
Balança comercial	% do PIB	16,5	24,6	16,1	24,6	15,5	-
Balança corrente	% do PIB	-0,5	7,3	-1,7	6,14	-2,4	-
Reservas oficiais (brutas)	mil milhões de USD	18,2	16,2	-	17,2	-	16,2 mai.
Taxas de câmbio							
EUR/AOA	taxa média	187,3	297,4	-	528,2	-	664,7 jun.
USD/AOA	taxa média	165,9	252,9	-	475,4	-	587,1 jun.
ITCE nominal ^(d)	taxa de variação anual	-4,8	-43,9	-	-34,1	-	-41,0 jun.
ITCE real ^(d)	taxa de variação anual	15,3	-34,9	-	-26,1	-	-29,2 jun.

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola), Fundo Monetário Internacional, Economist Intelligence Unit e cálculos do Banco de Portugal. | Notas: (a) Paridade do poder de compra; (b) Crédito concedido a empresas; (c) Luanda Interbank Offered Rate - taxa média ponderada de cedência de liquidez de fundos não garantidos entre as outras instituições financeiras monetárias no mercado monetário interbancário; (d) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE), calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2010/2014 (valorização: +; desvalorização: -).



2 Cabo Verde

Área 4033 km²

Capital Praia

População 550 milhares (2019; fonte: INE-CV)

Moeda Escudo cabo-verdiano

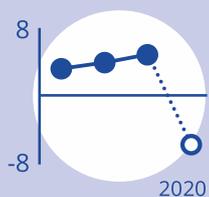
A pandemia de COVID-19 começou a ter impacto significativo na economia cabo-verdiana no final de março de 2020. As dificuldades impostas pelas medidas internas e globais de contenção da propagação do vírus interromperam o desempenho económico favorável que se vinha a registar nos anos mais recentes.

A aceleração do crescimento económico e as melhorias nas contas públicas e externas marcaram a evolução em 2019. Contudo, em 2020, a declaração do estado de emergência e a imposição de restrições às deslocações paralisaram o setor do turismo, com impacto em muitas atividades conexas, e repercussões negativas na economia do país. As medidas de mitigação adicionais tomadas para evitar a propagação interna do vírus, tais como a paragem de setores não essenciais, conduzirão a uma contração e a uma deterioração das contas públicas e externas, bem como a um recrudescimento da dívida pública.

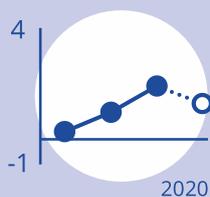
As autoridades cabo-verdianas introduziram medidas de intervenção rápida, com apoios à tesouraria das empresas e ao rendimento dos trabalhadores, bem como à manutenção da liquidez e estabilidade do setor bancário. Simultaneamente, tendo em conta a necessidade de fechar o diferencial criado nas contas públicas (com a redução das receitas e a rigidez das despesas) e a sustentação da balança de pagamentos (e por inerência do *peg* ao euro), as autoridades procuraram o apoio dos parceiros de desenvolvimento através de ajuda orçamental (donativos e créditos) e suspensão do serviço de dívida pública.

Apesar de elevada, a incerteza existente aponta para riscos essencialmente negativos ao cenário já complicado deste ano, com o eventual arrastamento da situação pandémica, a nível global e interno. O país está também com menor margem de manobra orçamental para fazer face a possíveis acontecimentos meteorológicos adversos.

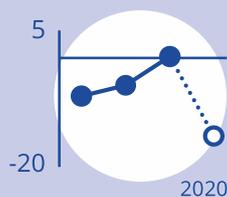
CRESCIMENTO ECONÓMICO
%



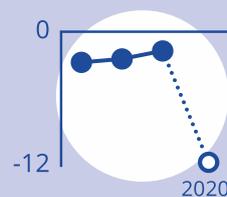
INFLAÇÃO
variação homóloga,
%



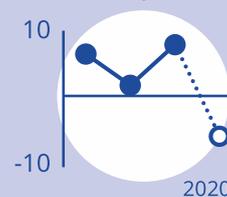
BALANÇA CORRENTE
% do PIB



SALDO ORÇAMENTAL
% do PIB



MASSA MONETÁRIA
variação %



O **crescimento económico** em Cabo Verde registou uma tendência ascendente desde 2017, tendo atingido 5,7% em 2019, a qual foi subitamente parada em 2020 com os impactos da pandemia de COVID-19 a imporem uma contração do produto. O turismo, o principal impulsionador do crescimento, induzindo exportações de serviços e a atividade de setores conexos como alojamento e restauração, tem sido um dos mais afetados pela imposição de fecho de fronteiras e a interdição de deslocações, no contexto da contenção da pandemia. Adicionalmente, a inclusão de medidas como a paragem de setores não essenciais limitou igualmente grande parte da atividade não relacionada com o turismo, pelo que as projeções do orçamento retificativo de julho incluem uma quebra no produto de pelo menos 6,8% em 2020.

A **inflação** apresenta grande estabilidade desde 2017, mantendo-se a taxa média próximo de 1%, ainda que em termos homólogos tenha oscilado dentro do intervalo [0%-2%]. A evolução dos preços em Cabo Verde está ligada de perto à componente importada, com a descida dos preços internacionais das matérias-primas energéticas, traduzida internamente nas classes combustíveis, eletricidade, água e transportes, a ser contrariada por alguma pressão em alta dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, restaurantes e hotéis e vestuário e calçado. Apesar das dificuldades, em 2020 a evolução dos preços deverá manter as tendências recentes, continuando abaixo de 2%, em linha com as expectativas para a área do euro (com a qual se encontra ligada pelo *peg*).

O impacto da pandemia no setor do turismo irá determinar uma degradação da **balança corrente** em 2020, com as autoridades a projetarem um défice de cerca de 15% do PIB, interrompendo a trajetória anterior, que tinha conduzido a um excedente de 0,3% do PIB em 2019 (dados provisórios). As tendências positivas do ano anterior, com o aumento das exportações de bens e de serviços, serão invertidas em 2020, nomeadamente com a quebra nas exportações de serviços de viagens e transportes, acompanhadas pela diminuição das transferências correntes privadas, em particular das remessas de emigrantes – outro dos pilares do saldo externo – face ao menor rendimento disponível na diáspora. As importações de bens deverão registar alguma redução, fruto da diminuição dos preços dos bens energéticos e das importações de bens de consumo intermédio.

As reservas cambiais vinham igualmente a apresentar um reforço ao longo dos últimos 3 anos, elevando o seu *stock* a um total de 661 milhões de EUR no final de 2019 (6,9 meses de importações de bens e serviços), fruto do comportamento da balança corrente e dos desembolsos de empréstimos externos por parte do Estado. Contudo, face à previsão de deterioração da balança corrente e de retração do investimento direto, as projeções do banco central apontam para uma diminuição das reservas cambiais em 123 milhões de EUR em 2020, não prejudicando, no entanto, o nível de cobertura das importações tendo em conta a sua redução prevista.

As contas públicas prosseguiram também num processo de consolidação, com o **défice orçamental** a reduzir-se para 1,9% do PIB em 2019, fruto do bom nível de arrecadação de impostos, do aumento dos donativos e de menor execução do programa de investimento. O impacto das medidas de contenção da propagação da pandemia e os gastos acrescidos com o sistema de saúde público obrigaram o Governo a preparar um orçamento retificativo para 2020, que prevê um défice orçamental de 11,4% do PIB. Esse agravamento decorre do maior nível de despesa, sobretudo com pessoal e em aquisição de bens e serviços, apesar dos esforços de contenção de despesas não prioritárias, bem como da redução na arrecadação de impostos, ainda que parcialmente compensada pelas entradas de donativos e de outras receitas (destacando-se os rendimentos de propriedade).

Para cobrir as necessidades de financiamento dos saldos externos e das contas públicas, as autoridades cabo-verdianas têm procurado apoios, acedendo a ajuda orçamental através de donativos dos seus parceiros de desenvolvimento e de empréstimos junto de instituições financeiras internacionais e regionais (nomeadamente o Banco Mundial, o FMI e o Banco Africano de Desenvolvimento), bem como através de acordos bilaterais para moratórias ao serviço da dívida externa através da *Debt*

Service Suspension Initiative. A dívida pública está também a inverter a trajetória de redução do seu peso no PIB, que se verificava desde 2017. A componente externa que, em percentagem do PIB, no final de 2019 tinha diminuído para 90,6%, deverá ascender a 107,1% em dezembro de 2020, acompanhando a tendência de crescimento da dívida pública interna dos últimos anos e elevando o rácio da dívida pública total para cerca de 150%.

Para além dos apoios mencionados, as autoridades nacionais têm vindo a implementar um conjunto alargado de medidas com o intuito de mitigar parte dos efeitos da pandemia sobre as atividades económicas. As principais preocupações incluíram proporcionar liquidez às empresas e apoiar o fundo de maneio e a tesouraria, bem como a proteção ao emprego, para assegurar a manutenção do rendimento das famílias. Foi também introduzida a possibilidade de moratórias nos pagamentos de prestações de créditos bancários, para empresas, particulares e câmaras municipais.

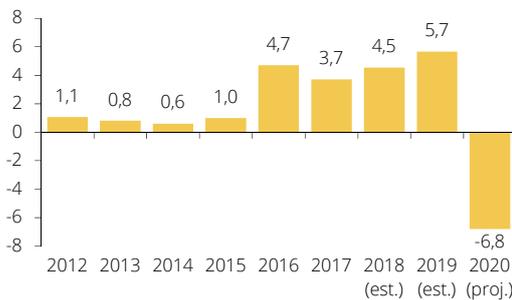
O comportamento da **massa monetária** tem espelhado sobretudo os desenvolvimentos na posição externa do sistema bancário, acelerando em 2019 e prevendo-se uma contração em 2020. Em contexto de persistente excesso de liquidez bancária, o crédito à economia tem demonstrado alguma dinâmica, que se deverá prolongar ao longo de 2020, para a qual contribuirão as medidas do Banco de Cabo Verde (BCV) de redução das taxas de referência (incluindo o coeficiente de disponibilidades mínimas de caixa) e de criação de um instrumento de cedência de liquidez de longo prazo. O crédito bancário líquido ao setor público administrativo diminuiu em 2019, com a passagem dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (títulos públicos garantidos por recursos sediados num *Trust Fund* gerido no exterior) detidos por um banco comercial para o Instituto Nacional de Previdência Social (6437 milhões de CVE, correspondente a 3,3% do PIB).

Num contexto de inflação controlada, as condições acomodatórias da política monetária manter-se-ão ao longo de 2020. O BCV continuará a monitorizar a utilização dos fundos disponibilizados aos bancos (pelas operações de cedência de liquidez e pela redução do coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa), assegurando a sua efetiva canalização para crédito à economia. O banco central acompanhará igualmente a evolução dos indicadores de estabilidade do sistema bancário e reforçará a sua supervisão, mitigando eventuais dificuldades. Note-se que os valores de final de 2019 mostravam uma evolução favorável quanto à solvabilidade, rendibilidade e qualidade do crédito. Para proteção de clientes e bancos, o BCV recomendou a não distribuição de rendimentos por parte dos bancos, reduziu o rácio de solvabilidade mínimo e isentou as falhas de pagamento dos clientes afetados com situações de incumprimento da classificação de crédito malparado, neutralizando assim efeitos nas imparidades, nas provisões e nos rácios da atividade.

Após uma primeira avaliação positiva, em fevereiro de 2020, do programa de 18 meses com o FMI ao abrigo do *Policy Coordination Instrument* (sem assistência financeira), assinado em julho de 2019, as autoridades recorreram àquela instituição através da *Rapid Credit Facility*, num total de 32,3 milhões de USD, para cobrir necessidades da balança de pagamentos.

O contexto de grande incerteza acarreta **riscos** negativos elevados. Em termos externos, o prolongamento da situação atual de estrangimento à atividade económica global trará impactos acrescidos no turismo, remessas de emigrantes e investimento direto. Internamente, uma eventual incapacidade do sistema de saúde cabo-verdiano para fazer face a um extenso foco pandémico local poderá dificultar a situação, pressionando as despesas públicas e adiando a recuperação do turismo. Por outro lado, a margem de manobra orçamental é agora muito reduzida, pelo que o impacto de uma possível ocorrência meteorológica adversa será dificilmente mitigado.

Gráfico II.2.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



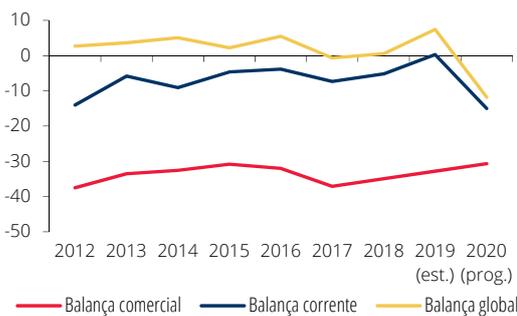
O impacto da pandemia conduzirá a uma retração económica em 2020, interrompendo a trajetória de progressiva aceleração do crescimento em Cabo Verde, sustentada pela dinâmica das exportações de serviços.

Gráfico II.2.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em %



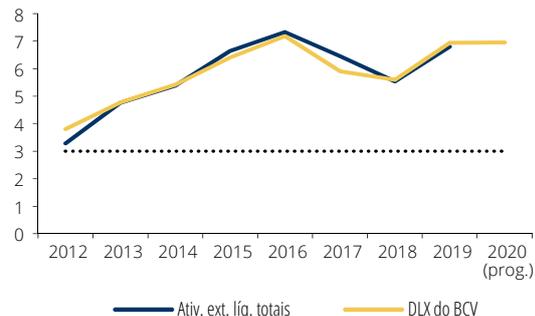
Desde 2017 que as taxas de inflação se mantêm estabilizadas em termos médios em torno de 1%, apresentando a taxa homogênea uma maior oscilação, contudo nunca ultrapassando 2%.

Gráfico II.2.3 • Balança de pagamentos | Em % do PIB



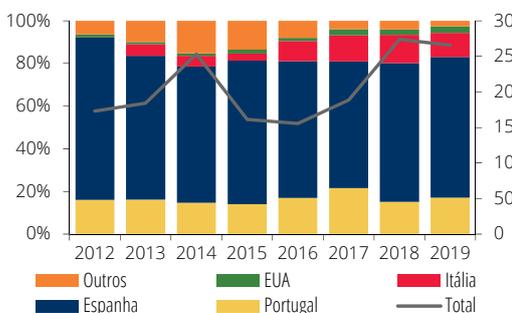
A solidez das receitas de turismo e a resiliência das remessas de emigrantes proporcionaram melhorias nas contas externas nos últimos anos. A pandemia veio afetar esses fatores, levando à degradação da balança corrente em 2020.

Gráfico II.2.4 • Reservas cambiais | Em meses de importações de bens e serviços



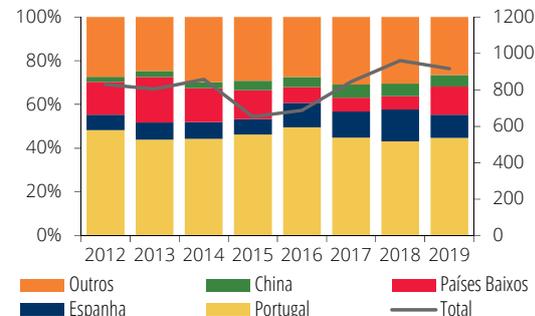
As reservas cambiais de Cabo Verde têm permanecido acima de 5 meses de importações desde 2015. Em 2020, as reservas deverão manter-se em 7 meses de cobertura.

Gráfico II.2.5 • Exportações de mercadorias | Destinos em %, total em milhões de USD



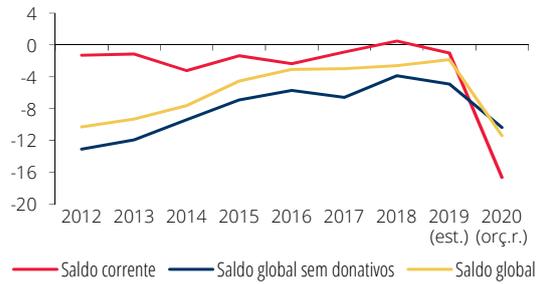
Desde 2014 que o peso conjunto de Espanha, Portugal e Itália tem crescido no total das exportações cabo-verdianas, representando 94% no final de 2019. Destaca-se a Espanha, sobretudo em produtos do mar.

Gráfico II.2.6 • Importações de mercadorias | Origens em %, total em milhões de USD



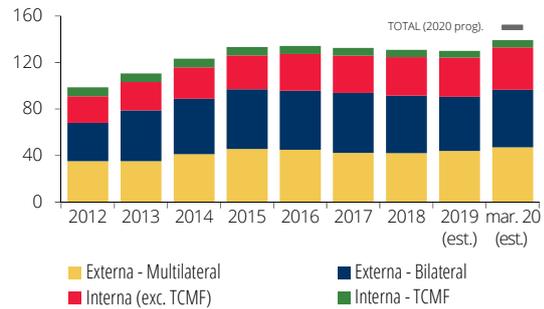
As importações cabo-verdianas são também tradicionalmente dominadas por um conjunto reduzido de mercados, com Portugal, Espanha e Países Baixos responsáveis por 68% do total em 2019.

Gráfico II.2.7 • Saldos orçamentais | Em % do PIB



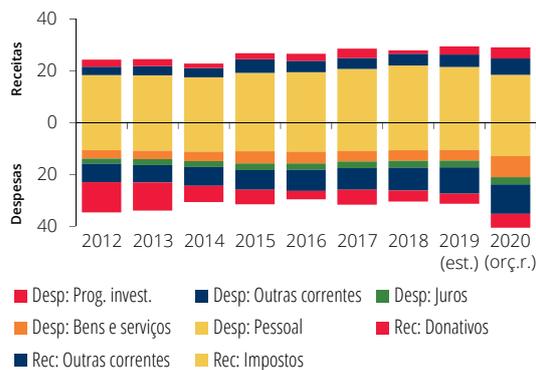
Os esforços de consolidação das contas públicas sofrerão um revés em 2020. Os efeitos da pandemia provocarão uma quebra nas receitas, não acompanhada por redução da despesa, face à sua rigidez e às necessidades acrescidas.

Gráfico II.2.8 • Dívida pública | Em % do PIB



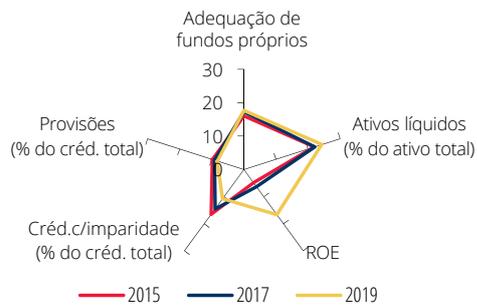
O impulso ao investimento público em resposta à crise financeira internacional fez disparar o *stock* de dívida pública até 2016. Em 2020, a pandemia obrigará a financiamento suplementar, elevando a dívida total para 150% do PIB.

Gráfico II.2.9 • Receitas e despesas públicas | Em % do PIB



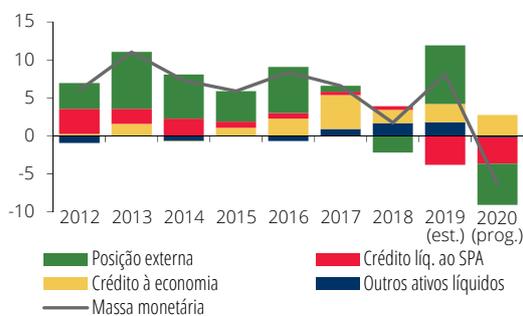
A redução da atividade afetará a coleta de impostos em 2020, em parte compensada pelas entradas de apoio ao orçamento. As despesas correntes aumentarão, na sequência do combate ao vírus e aos seus efeitos.

Gráfico II.2.10 • Indicadores de estabilidade financeira | Em %



Em 2019, o setor bancário registou melhorias na atividade, solvabilidade, rentabilidade e qualidade do crédito. Em 2020, a situação poderá reverter-se, com destaque para a possível subida do crédito malparado.

Gráfico II.2.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em % do valor inicial da massa monetária



A posição externa do setor bancário tem sido determinante na evolução da massa monetária, tanto no crescimento de 2019, como na prevista contração de 2020. O crédito à economia será o principal fator de expansão em 2020.

Gráfico II.2.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2000, médias mensais



Acelerou em 2020 a tendência de apreciação efetiva nominal do CVE, com a desvalorização do real face ao euro (os restantes parceiros considerados pertencem à área do euro). O diferencial de inflação para o Brasil atenua essa apreciação.

Quadro II.2.1 • Principais indicadores económicos

		2017	2018	2019		2020	
				Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços							
PIB nominal	milhões de EUR	1570	1666	1794	1770	1666	-
PIB real	taxa de variação anual	3,7	4,5	5,0	5,7	-6,8	-
Produto <i>per capita</i>	USD, em PPP ^(a)	6643	7026	-	7469	-	-
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	0,3	1,0	1,6	1,9	1,3	0,3 jul.
Inflação (IPC)	taxa de variação média	0,8	1,3	1,6	1,1	1,3	1,0 jul.
Finanças públicas							
Receitas totais	% do PIB	28,6	27,9	32,2	29,4	29,2	-
Donativos	% do PIB	3,6	1,3	2,5	3,1	4,4	-
Despesas totais	% do PIB	31,6	30,4	35,9	31,3	40,5	-
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	-3,0	-2,6	-3,0	-1,9	-11,4	-
Dívida pública	% do PIB	132,6	130,9	-	130,0	152,0	139,2 mar.
Externa	% do PIB	93,8	91,4	-	90,6	107,1	96,5 mar.
Interna	% do PIB	38,8	39,5	-	39,4	44,9	42,7 mar.
dq: TCMP ^(b)	% do PIB	6,6	6,2	-	5,8	6,2	6,2 mar.
Moeda e crédito							
Crédito líquido ao SPA	taxa de variação anual	2,4	2,9	13,5	-21,5	-26,8	-8,8 abr. ^(c)
Crédito à economia	taxa de variação anual	7,5	2,8	5,1	3,9	4,7	0,5 abr. ^(c)
Massa monetária (M3)	taxa de variação anual	6,6	1,7	6,4	8,1	-6,3	0,1 abr. ^(c)
Taxas de juro^(d)							
Depósitos a 1 ano (média das OIM)	taxa anual	2,9	2,4	-	2,0	-	1,9 mai.
Cedência de liquidez	taxa anual	4,5	4,5	-	3,0	-	11,7 jun.
Bilhetes do Tesouro, a 91 dias	taxa anual	0,7	1,0	-	1,1	-	-
Estabilidade financeira							
Adequação dos fundos próprios ^(e)	%	17,3	16,1	-	17,7	-	18,1 mar.
Crédito com imparidade/crédito total	%	14,5	12,9	-	10,8	-	11,7 mar.
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	%	6,4	3,2	-	16,6	-	-
Balança de pagamentos							
Balança corrente	% do PIB	-7,3	-5,2	-6,6	0,3	-15,0	-
Balança corrente e de capital	% do PIB	-6,4	-4,4	-6,0	0,8	-14,0	-
Reservas oficiais	meses de importações ^(f)	5,9	5,6	5,4	6,9	7,0	8,4 abr.
Taxas de câmbio							
EUR/CVE	taxa média	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3 jun.
USD/CVE	taxa média	97,9	93,4	96,4	98,5	100,6	101,3 mai.
ITCE nominal ^(g)	taxa de variação anual	2,7	0,5	-	0,1	-	1,3 mai. ^(c)
ITCE real ^(g)	taxa de variação anual	-0,6	0,3	-	1,0	-	0,5 mai. ^(c)

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças de Cabo Verde, INE-CV, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal. |
Notas: (a) Paridade do poder de compra; (b) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira; (c) Variação face a dezembro anterior; (d) Médias mensais (dezembro para os valores anuais); (e) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (f) Importações e exportações de bens e serviços; (g) Índice da taxa de câmbio efetiva, calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2010/14 (valorização: +; desvalorização: -).



3 Guiné-Bissau

Área 36 125 km²

Capital Bissau

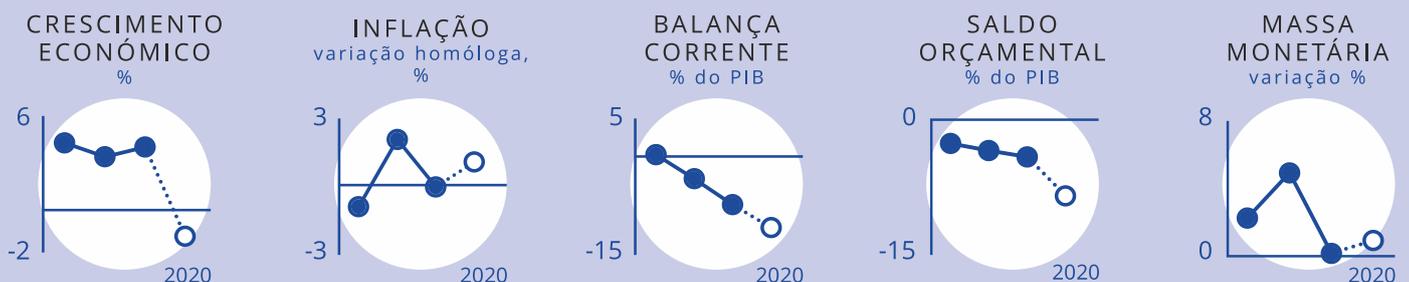
População 1,6 milhões (2019; fonte: Nações Unidas)

Moeda Franco CFA

Em 2019 o crescimento económico na Guiné-Bissau foi de 4,5%, superior ao de 2018, mas aquém do que as autoridades previam no início do ano (6,3%). Este desempenho inferior ao esperado deveu-se aos efeitos da queda do valor das exportações da castanha de caju (que representa cerca de 90% das exportações do país) e à dificuldade em mobilizar fontes alternativas de crescimento. No plano político, o ambiente pós eleições presidenciais, cuja segunda volta decorreu em dezembro de 2019, e a contestação dos resultados por parte do candidato declarado derrotado, deram origem a um impasse que só viria a ser ultrapassado com a aprovação do programa do Governo. Este programa mereceu o apoio da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), no final de junho de 2020.

A recente pandemia de COVID-19 gorou as perspetivas de uma recuperação económica, com repercussões negativas a nível económico, social e da segurança sanitária do país. Em resultado, as projeções do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) apontam para uma contração do PIB da Guiné-Bissau em 1,9% em 2020. A crise sanitária surgiu nas vésperas da habitual abertura da campanha de comercialização da castanha de caju, vindo prejudicar as perspetivas de comercialização do produto. As mais recentes projeções de queda de receitas do Estado, conjugadas com o aumento das despesas, sobretudo no setor da saúde, têm um impacto no défice orçamental, o qual em 2020 poderá ultrapassar 11% do PIB.

Há uma grande incerteza no desenvolvimento da crise sanitária e do seu impacto e, apesar das medidas adotadas pelas autoridades terem visado ajudar os mais vulneráveis, a resposta interna é tida como limitada. Como parte da assistência internacional na luta contra a disseminação da COVID-19, destaca-se o apoio financeiro do Banco Mundial e do Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD). No âmbito do *Catastrophe Containment and Relief Trust* (CCRT) do FMI, o país beneficiou também do alívio do serviço da dívida no valor de 1,48 milhões de USD. O Governo espera também que o apoio do Banco Mundial ajude o país a reestruturar a carteira de dívida pública. A possibilidade de acordo de um novo programa de assistência do FMI, ao abrigo da *Rapid Credit Facility* (RCF), permitirá igualmente atenuar as consequências desta crise e ajudar na retoma de uma trajetória de equilíbrio macroeconómico e de crescimento da economia.



Estima-se que em 2019 o **crescimento económico** da Guiné-Bissau tenha registado uma taxa de 4,5%, ficando aquém das projeções das autoridades para esse ano (6,3%). O cenário, abaixo do esperado, deveu-se sobretudo a uma diminuição da produção da castanha de caju, que tradicionalmente representa a maior fonte de receitas externas (cerca de 90% das exportações do país). Para 2020, e na sequência da pandemia, o BCEAO aponta para uma contração do PIB guineense de 1,9%, contrariando as projeções iniciais de um crescimento de 4,9%. A crise pandémica atingiu o país nas vésperas da abertura da campanha de comercialização da castanha de caju, que decorre normalmente entre os meses de abril e setembro. O estado de emergência e o confinamento decretados protelaram a abertura oficial da campanha (que apenas se realizou a partir de meados de maio de 2020) e impediram o seu pré-financiamento (que pode chegar a 80% do total, sendo o restante financiamento bancário). A situação tem-se agravado com a queda do preço da castanha do caju nos mercados internacionais, acentuando as dificuldades da população que tem naquele produto a sua principal fonte de rendimento.

Em 2019 a receita pública ficou abaixo do orçamentado, fruto de um crescimento económico mais fraco do que o esperado, de receitas inferiores relacionadas com o caju e do lento avanço das medidas reformistas face à instabilidade política vivida no país. Este desempenho da receita tributária foi, contudo, parcialmente compensado por receita não tributária mais elevada e maior montante de donativos. A débil arrecadação de receitas do Estado, conjugada com o aumento das despesas (de 10% face a 2018), decorrente sobretudo do crescimento da massa salarial dos funcionários públicos e das transferências para a Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB), para cobrir os passivos anteriormente incorridos, conduziram a um **défice orçamental** de 5,4% do PIB.

Para 2020, com o aumento esperado das despesas do Estado na educação e sobretudo na saúde (1,2% do PIB) e um declínio nas receitas tributárias (1,9% do PIB), as autoridades apontam para que o défice possa ultrapassar 11% do PIB (recorde-se que a União Económica e Monetária do Oeste Africano – UEMOA – definiu como critério de convergência orçamental o limite máximo de 3% do PIB para o défice global das Administrações Públicas). O Orçamento do Estado para 2020 foi entregue em setembro deste ano e inclui aumento dos impostos sobre o tabaco, as bebidas e os rendimentos mais elevados. As receitas orçamentais na Guiné-Bissau representam o nível mais baixo de entre os países da CEDEAO (cerca de 12,5% do PIB) e as debilidades do sistema tributário são um obstáculo para uma gestão eficiente dos recursos públicos e, de forma mais geral, para o crescimento da atividade económica.

A crise sanitária veio agravar o cenário macroeconómico guineense, sendo quase certo que a campanha de comercialização da castanha de caju renda menos receitas aos cofres do Tesouro em relação a 2019. No final de abril de 2020, o Governo fixou o preço base de compra da castanha de caju ao produtor, com a ressalva de que só autorizaria a sua comercialização no final do estado de emergência. Tendo em vista o financiamento da campanha, o Governo disponibilizou aos cinco bancos comerciais do país cerca de 22,9 milhões de EUR, com condições específicas de acesso e de reembolso.

A **balança corrente** deteriorou-se em 2019, passando a apresentar um défice de 8,6% do PIB. A queda do preço internacional da castanha de caju e a quebra na produção implicaram uma redução de 24,5% do valor das exportações, o que impactou o saldo das transações com o exterior, juntamente com a deterioração da balança de rendimentos. Para 2020, é exetável uma nova deterioração do saldo da balança corrente, ainda que o saldo global possa vir a ser positivo na sequência da entrada prevista de fundos provenientes de ajuda financeira internacional. A mitigação das vulnerabilidades da economia passará pela diversificação das exportações, preocupação presente das autoridades guineenses (de acordo com o relatório do BCEAO sobre o Comércio Exterior da UEMOA em 2019, a Guiné-Bissau é o país da União com as exportações menos diversificadas).

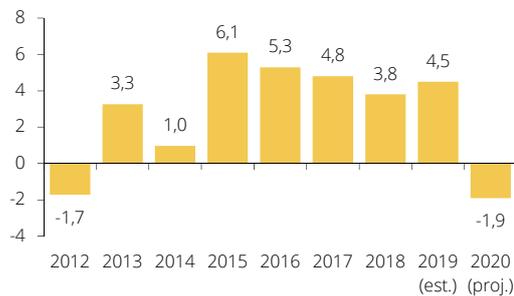
A **inflação** média anual em 2019 permaneceu em torno de 1%, registando uma descida no final do ano (0,2% em dezembro). Em termos homólogos, registou-se um processo de desinflação, ligada à componente importada, com a descida dos preços internacionais das matérias-primas energéticas, traduzida internamente nos combustíveis e eletricidade. No 2.º trimestre de 2020, registou-se uma situação inversa, em consequência da crise pandémica e do aumento de preço dos produtos agroalimentares importados. Em abril de 2020 a taxa de inflação homóloga registou um pico de 3%, tendo depois baixado em julho para 1,2%.

Em 2019 registou-se uma desaceleração da **massa monetária**, apresentando uma variação de 0,3%. O maior contributo para esta desaceleração foi induzido por uma diminuição dos ativos líquidos externos dos bancos comerciais. Para 2020, as projeções do BCEAO apontam para uma expansão contida da massa monetária (1,2%). A taxa de financiamento interno da economia permanece, abaixo de 15%, em contraponto com a média da UEMOA, que é de 30%, sendo o financiamento da economia sobretudo suportado pelo setor bancário.

No quadro das **medidas de combate ao impacto da COVID-19**, as autoridades guineenses desenvolveram um plano de ação, que incluiu o encerramento dos mercados e das fronteiras, bem como medidas de emergência na área da saúde e de apoio às famílias, com a distribuição de bens alimentares. O país tem procurado obter o apoio de doadores multilaterais para financiar as despesas adicionais de saúde e as autoridades iniciaram um processo de identificação de despesas de baixa prioridade que possam ser realocadas. A nível regional, o BCEAO adotou medidas de disponibilização de liquidez aos bancos (via leilões semanais e mensais, permitindo que as taxas médias de refinanciamento fiquem próximas de 2,5%), procurando mitigar o impacto negativo da pandemia na atividade económica. A nível internacional, o Banco Mundial e o BOAD estabeleceram um envelope regional no valor de 196,6 mil milhões de FCFA (cerca de 300 milhões de EUR), dos quais a Guiné-Bissau recebeu 15 mil milhões de FCFA (cerca de 23 milhões de EUR). Da parte do FMI e no âmbito do CCRT, em abril de 2020, a Guiné-Bissau beneficiou do alívio do serviço da dívida no valor de 1,48 milhões de USD.

Num cenário de recessão económica e de alguma instabilidade política, agravado por uma crise económica e sanitária sem precedentes, aguarda-se um desfecho positivo das negociações em curso para um novo programa de assistência do FMI e benefícios adicionais das facilidades disponibilizadas pelos parceiros internacionais no atual contexto de pandemia.

Gráfico II.3.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



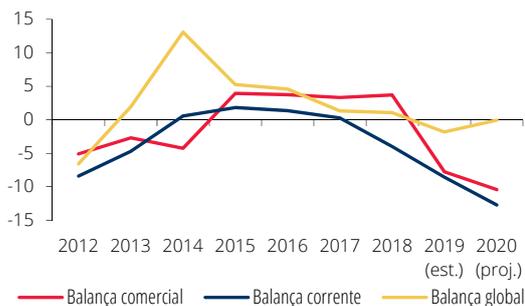
Em 2019 registou-se um aumento da taxa de crescimento do PIB face a 2018. Para 2020 o cenário é de recessão económica, devido à recente pandemia de COVID-19.

Gráfico II.3.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em %



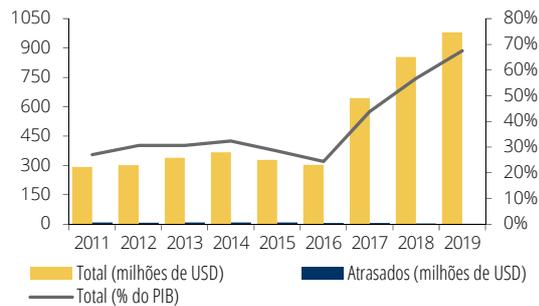
No ano de 2019 registou-se um processo de desinflação, em termos de taxa de variação homóloga. O 2.º trimestre de 2020 começou a refletir a subida do preço dos produtos importados.

Gráfico II.3.3 • Balança de pagamentos | Em % do PIB



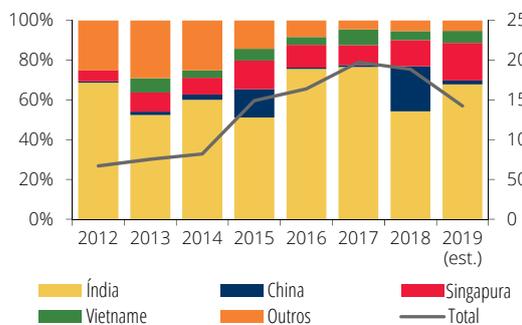
A balança corrente agravou o défice em 2019, seguindo a mesma trajetória para 2020, em reflexo da diminuição das exportações e do aumento das importações de bens.

Gráfico II.3.4 • Dívida externa



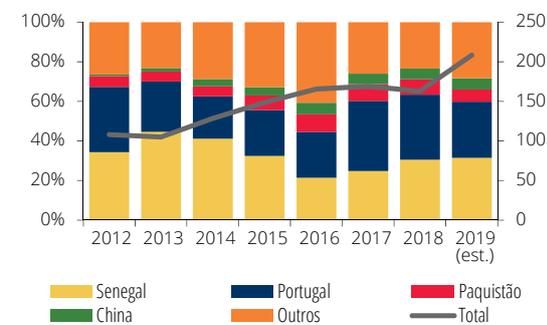
O nível da dívida externa iniciou uma trajetória ascendente nos últimos anos, situando-se em 67,4% do PIB no final de 2019.

Gráfico II.3.5 • Exportações de mercadorias | Destinos em %, total em mil milhões de FCFA



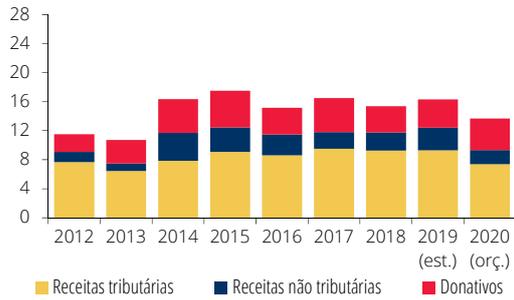
As exportações iniciaram uma trajetória descendente em 2017, que se agravou em 2019. A Índia continua a ser o principal país de destino das exportações guineenses (castanha de caju).

Gráfico II.3.6 • Importações de mercadorias | Origens em %, total em mil milhões de FCFA



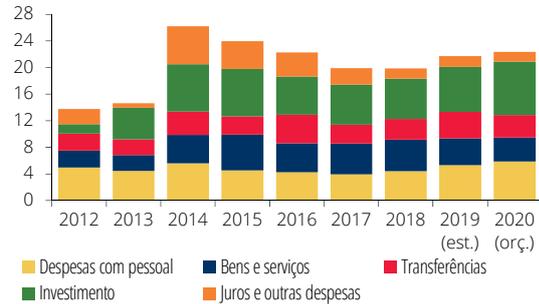
As importações guineenses aumentaram em 2019, destacando-se o Senegal, também membro da UEMOA, enquanto país de origem (31,5%), seguido de Portugal (28,3%).

Gráfico II.3.7 • Receitas públicas | Em % do PIB



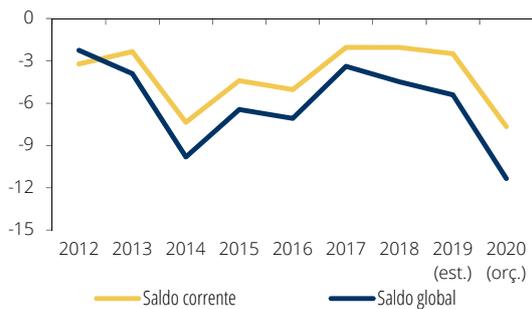
Estima-se que em 2019 o peso da receita pública no PIB tenha subido ligeiramente. Para 2020 prevê-se um menor nível de receitas (cerca de 12,5% do PIB), sendo o nível mais baixo da CEDEAO.

Gráfico II.3.8 • Despesas públicas | Em % do PIB



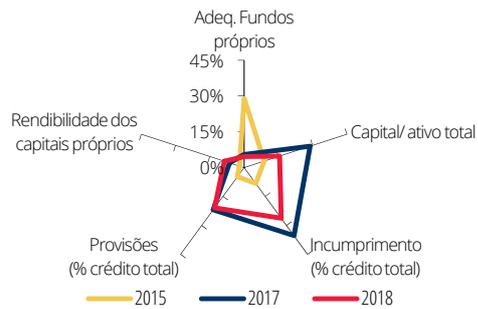
Em 2019 a despesa pública terá aumentado em percentagem do PIB, fruto sobretudo do crescimento das despesas com pessoal. Para 2020 a despesa deverá crescer em resultado da pandemia de COVID-19.

Gráfico II.3.9 • Saldos orçamentais | Em % do PIB



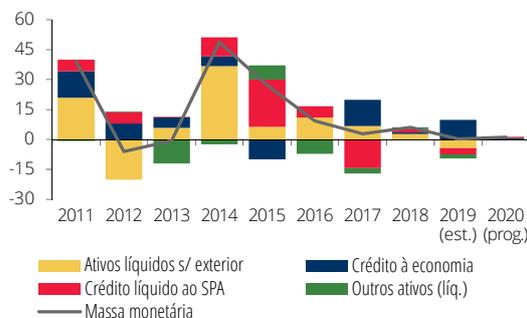
Com a diminuição na cobrança de receitas e o aumento das despesas, estima-se que o défice público em 2019 tenha aumentado para 5,4% do PIB. Para 2020 o cenário agrava-se (défice de 11,3% do PIB).

Gráfico II.3.10 • Indicadores de estabilidade financeira



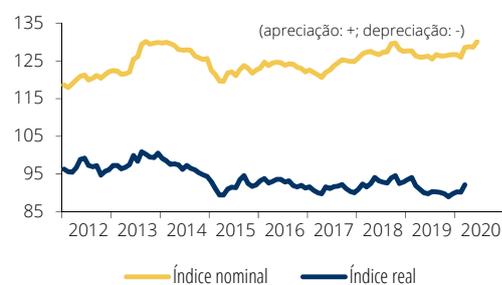
O sistema financeiro continua a enfrentar sérios desafios, associados ao nível de empréstimos não produtivos, com reflexo nos rácios prudenciais e com uma rentabilidade praticamente nula.

Gráfico II.3.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em % do valor inicial da massa monetária



Em 2019 registou-se uma desaceleração da massa monetária (0,3%). O maior contributo para esta descida deveu-se a uma diminuição dos ativos líquidos externos. Prevê-se uma ligeira subida em 2020.

Gráfico II.3.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2000, médias mensais



A desvalorização da rupia indiana face ao FCFA, em 2019, induziu uma apreciação nominal efetiva. A menor inflação face à Índia traduziu-se num ganho de competitividade para a economia guineense.

Quadro II.3.1 • Principais indicadores económicos

		2017	2018		2019		2020	
			Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.	
Produto e preços								
PIB nominal	milhões de EUR	1301	1274	1493	1296	1218	-	
PIB real	taxa de variação anual	4,8	3,8	6,3	4,5	-1,9	-	
Produto <i>per capita</i>	USD, em PPP ^(a)	1925	1995	-	2072	-		
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	-1,2	2,4	2,2	-0,1	1,1	1,2 jul.	
Inflação (IPC)	taxa de variação média	1,0	0,4	2,0	0,2	0,8	0,8 jul.	
Finanças públicas								
Receitas totais	% do PIB	16,4	15,4	17,2	16,3	13,7	-	
Despesas totais	% do PIB	18,0	18,9	18,9	21,7	25,0	-	
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	-1,6	-2,3	-1,7	-5,4	-11,4	-	
Saldo global sem donativos	% do PIB	-6,6	-7,1	-6,4	-9,3	-15,7	-	
Moeda e crédito								
Crédito líquido ao SPA	taxa de variação anual	-42,9	10,1	-12,6	-16,0	2,8	-	
Crédito à economia	taxa de variação anual	78,6	2,6	0,4	34,8	2,1	-	
Massa monetária (M2)	taxa de variação anual	2,8	6,1	-4,4	0,3	1,2	-	
Taxas de juro								
Passiva, entre 6 meses e 1 ano	taxa anual	2,8	4,0	-	4,0	-	-	
Ativa, entre 6 meses e 1 ano	taxa anual	7,9	8,6	-	7,3	-	-	
Estabilidade financeira								
Adequação dos fundos próprios	%	5,5	4,6	-	-	-	-	
Incumprimento/crédito total	%	35,3	26,3	-	-	-	-	
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	%	6,3	8,6	-	-	-	-	
Balança de pagamentos								
Balança corrente	% do PIB	0,3	-3,6	-6,8	-8,6	-12,7	-	
Balança corrente sem transferências oficiais	% do PIB	-0,8	-5,9	-7,8	-5,9	-9,9	-	
Dívida externa								
Stock total	% do PIB	43,9	56,7	-	66,5	-	-	
Stock total	% das exportações ^(b)	170,7	205,8	-	396,6	-	-	
Serviço da dívida	% das exportações ^(b)	3,6	2,5	-	5,6	-	-	
Taxas de câmbio								
EUR/Franco CFA	taxa média	656,0	656,0	-	656,0	-	656,0 jun.	
USD/Franco CFA	taxa média	582,0	555,1	-	585,7	-	601,7 mai.	
ITCE nominal ^(c)	taxa de variação anual	-0,5	3,5	-	-0,8	-	2,7 jun.	
ITCE real ^(c)	taxa de variação anual	-1,9	2,0	-	-2,2	-	2,7 mar.	

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal. | Notas: (a) Paridade do poder de compra; (b) Exportações de bens e serviços; (c) Índice da Taxa de Câmbio Efetiva (ITCE) calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais da Guiné-Bissau no período 2010/2014 (valorização: +; desvalorização: -).



4 Moçambique

Área 799 380 km²

Capital Maputo

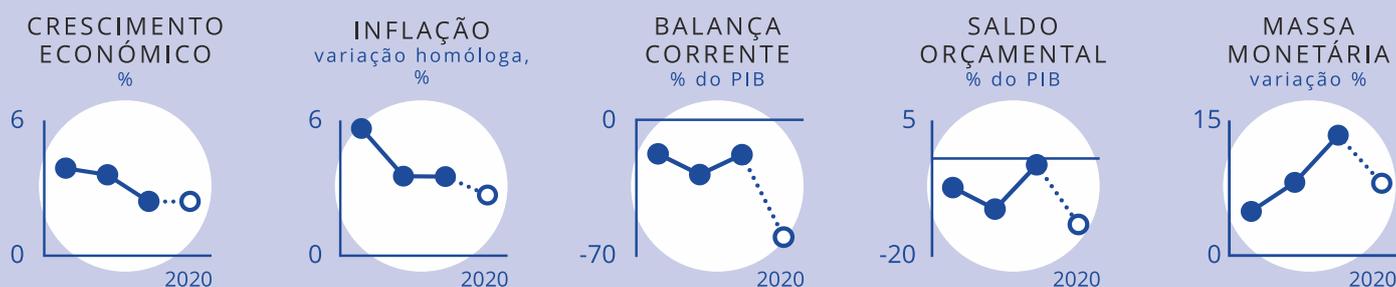
População 30,4 milhões (2019; fonte: Nações Unidas)

Moeda Metical

O crescimento económico em Moçambique permaneceu numa trajetória decrescente em 2019, num ano marcado pela desaceleração da procura global, pela queda acentuada dos preços dos principais bens exportados e pelo efeito assolador dos ciclones tropicais Idai e Kenneth sobre a população e sobre a atividade económica. Nos últimos anos, a estabilidade do metical vem contribuindo para a flexibilização das condições monetárias, logo, para a redução dos custos de financiamento doméstico. No entanto, as necessidades de financiamento do Estado continuam a pressionar uma alocação eficiente de recursos pelo sistema financeiro.

Para 2020, antecipa-se um impacto da pandemia de COVID-19 sobre a economia moçambicana de dimensão ainda incerta, dependendo da severidade e duração da crise económica global, da propagação da doença no país e do efeito mitigador das medidas adotadas, fatores que justificam o abrandamento da atividade económica para níveis de crescimento claramente inferiores aos registados na primeira metade da última década. O Governo adotou desde o primeiro instante um conjunto de medidas para conter a propagação da pandemia, passando pelo controle de movimentos de pessoas, pela implementação de regras de distanciamento social e pela promoção de regras sanitárias de prevenção dos contágios. Antecipando um agravamento dos saldos orçamental e externo, as autoridades solicitaram apoio financeiro internacional urgente, estimado em 700 milhões de USD (4,6% do PIB).

Neste cenário de elevada incerteza, sublinham-se os riscos negativos das atuais projeções, com destaque para os fatores de risco externos que adiem a recuperação da procura global. Internamente, como fatores de risco, destacam-se a quebra mais acentuada do rendimento e da produção, os atrasos na implementação dos grandes projetos de gás natural, a intensificação da insegurança no centro e norte do país e, ainda, a maior probabilidade de ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos. A estes junta-se o acréscimo do serviço da dívida pública, que poderá contribuir para uma desaceleração do crédito à economia, reforçando a já elevada exposição do setor financeiro ao soberano.



A taxa de **crescimento económico** em Moçambique caiu para 2,2% em 2019, o valor mais baixo desde o ano 2000, face ao efeito disruptivo dos ciclones tropicais Idai e Kenneth sobre a capacidade produtiva do setor agrícola e das indústrias extrativas. O desempenho das indústrias extrativas foi também penalizado pela desaceleração do crescimento global e pela queda dos preços do carvão no mercado internacional. As autoridades apontam para um crescimento moderado da atividade económica em 2020, que deverá permanecer positivo e próximo do valor observado em 2019, num contexto de crise económica global induzida pela pandemia de COVID-19, que resultou numa contração da procura, interna e externa, e na queda dos preços dos principais produtos exportados, carvão e alumínio. As perspetivas de crescimento real positivo do PIB são suportadas pela execução do plano de recuperação de infraestruturas pós-ciclones, pela normalização da atividade do setor agrícola e pela expectativa de arranque dos projetos de gás natural na bacia do Rovuma.

A **inflação** desacelerou em 2019, para 2,8% em termos médios anuais. Ultrapassado o choque sobre a oferta agregada provocado pelos ciclones tropicais, os preços permaneceram contidos e alinhados com a recuperação moderada da atividade económica e com a estabilidade cambial. As projeções mais recentes das autoridades moçambicanas apontam para uma ligeira aceleração da inflação em 2020, refletindo a depreciação do metical e a recuperação do preço dos combustíveis, num quadro de contração da procura interna e de redução de preços associada às medidas fiscais e administrativas de mitigação da pandemia (por exemplo, por efeito da isenção do IVA em alguns bens e pela diminuição do valor dos preços administrados). Também o recurso a apoio financeiro externo deverá contribuir para atenuar eventuais pressões inflacionistas decorrentes de maiores necessidades de financiamento do setor público.

Em 2019, apesar do défice da balança comercial ter duplicado face a 2018, devido à redução das exportações de carvão (efeitos volume e preço) e ao acréscimo das importações de bens, para grandes projetos e para fazer face à situação de emergência causada pelos ciclones tropicais, o défice da **balança corrente** reduziu-se significativamente, para 19,8% do PIB, próximo do observado em 2017. Esta evolução resultou da redução das importações de serviços relativas a grandes projetos e do aumento, não recorrente, das transferências correntes líquidas (ganhos de capital relativos à venda de ativos de uma exploração de gás natural em Cabo Delgado). O défice da balança corrente e de capital, em 2019, foi coberto por investimento direto estrangeiro (em especial, dedicado a grandes projetos), por ajuda de emergência internacional e pelo desembolso relativo à *Rapid Credit Facility* (RCF) do FMI, concedido na sequência dos referidos desastres naturais. Os recursos externos excederam as necessidades de financiamento, resultando num acréscimo das reservas brutas internacionais para 6,7 meses de importações de bens e serviços, excluindo grandes projetos, no final de 2019.

No entanto, antecipa-se um agravamento significativo do desequilíbrio da balança corrente em 2020, com o défice projetado pelo FMI a atingir 63,3% do PIB, refletindo o impacto na balança comercial da crise económica global causada pela pandemia de COVID-19, que deverá afetar, de modo particular, alguns dos principais parceiros comerciais de Moçambique, como a África do Sul, a Índia e a China. O défice da balança comercial deverá aumentar face à queda abrupta das exportações e à rigidez dos principais bens importados (as importações de bens essenciais poderão mesmo registar um acréscimo).

A pandemia de COVID-19 veio também intensificar a pressão sobre as **finanças públicas**. Do lado das receitas, espera-se uma redução substancial da arrecadação de impostos, face à exetável quebra de rendimento e à adoção de medidas temporárias específicas que visam aliviar a carga fiscal de famílias e de pequenas e médias empresas (como a simplificação ou o adiamento da cobrança de impostos). Enquanto, do lado da despesa, as medidas de combate à crise sanitária e humanitária justificam a expansão dos gastos no setor da saúde e das transferências e subsídios para proteção de grupos populacionais mais desfavorecidos e, ainda, para as micro e as pequenas empresas. Estes

desenvolvimentos influenciaram o orçamento de 2020 (Lei n.º 3/2020, de 22 de abril de 2020), que projeta uma queda dos impostos sobre o rendimento e um acréscimo dos donativos. O saldo orçamental corrente deverá cair para valores negativos, pela primeira vez desde 2010 (défice de 2,4% do PIB), e o saldo orçamental global deverá atingir -11,8% do PIB, excluindo donativos.

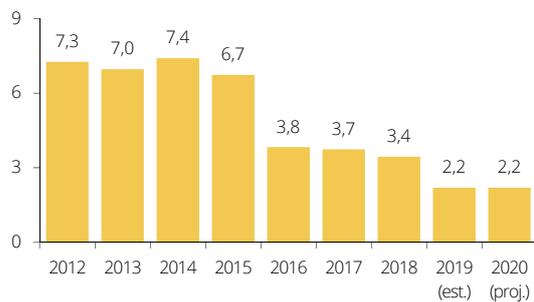
Os desequilíbrios das contas públicas e externas projetados para 2020 estiveram na origem do pedido de apoio financeiro urgente efetuado pelas autoridades moçambicanas junto da comunidade internacional. Note-se que, das necessidades de 700 milhões de USD estimadas pelas autoridades moçambicanas para apoio ao orçamento, combate à pandemia e ajuda às populações mais carenciadas, cerca de metade foi assegurado pelo FMI, no decurso do mês de abril, através do desembolso da RCF de 309 milhões de USD e do *Catastrophe Containment and Relief Trust* (CCRT) de 14,9 milhões de USD (para alívio do serviço da dívida).

A **dívida pública** deverá permanecer em níveis elevados em 2020, interrompendo a trajetória descendente iniciada em 2017. A avaliação da sustentabilidade da dívida pública moçambicana realizada pelo FMI, em abril de 2020, descreve uma situação de sobre-endividamento mas sustentável, atendendo à participação do Estado nos grandes projetos de gás natural. A sua instalação prossegue no norte do país, embora com algum atraso, projetando-se um acréscimo substancial das receitas públicas na fase de exploração, a partir de 2023, que assegurará quer o financiamento futuro do Estado quer a cobertura de eventuais garantias públicas.

O aumento da taxa de crescimento da **massa monetária**, em 2019, deveu-se ao acréscimo dos ativos líquidos sobre o exterior, sendo de assinalar uma ligeira expansão do crédito à economia, que não deverá ser dissociada do ciclo de flexibilização das condições monetárias prosseguido pelo Banco de Moçambique (BdM). Para 2020, o BdM aponta para um abrandamento da taxa de crescimento da massa monetária, devido à redução dos ativos líquidos sobre o exterior, que indicia uma provável redução das reservas internacionais e um aumento do crédito interno ao setor público, dadas as necessidades de financiamento originadas pela pandemia. Ainda no que diz respeito às condições de liquidez, refira-se que o banco central vem implementando um conjunto de medidas acomodatórias, desde o final de março de 2020, que visam proteger a procura interna e minorar o agravamento das condições de financiamento, como as reduções da taxa diretora (10,25% em junho de 2020), das taxas das facilidades permanentes de depósitos e de cedência, bem como dos coeficientes de reserva obrigatória para depósitos (em meticais e em moeda estrangeira).

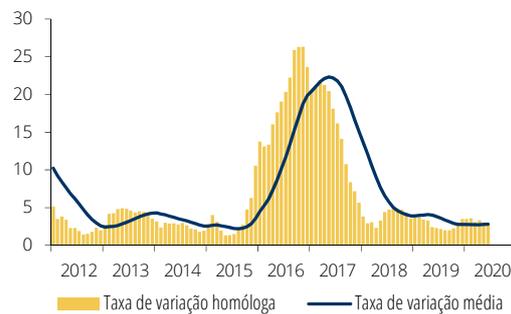
Os níveis de capitalização, liquidez e rendibilidade alcançados pelo **setor bancário** moçambicano no final de 2019 permaneciam adequados; contudo poderão ser afetados pelos riscos associados à pandemia de COVID-19, mesmo considerando as medidas macroprudenciais tomadas pelo BdM. A diminuição de rendimento das famílias, agravada pela forte expressão do trabalho informal, a par da redução de receitas das empresas poderão contribuir para a deterioração da qualidade do crédito em carteira, enquanto as medidas de redução dos custos das transações de pagamento eletrónico, visando desincentivar a utilização de notas e moedas, poderão vir a pressionar a rendibilidade futura dos bancos. Também as necessidades acrescidas de financiamento público poderão resultar num aumento da exposição do setor bancário ao soberano e numa desaceleração do crédito à economia, já condicionado pelas perspetivas de abrandamento económico e pela elevada incerteza.

Gráfico II.4.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



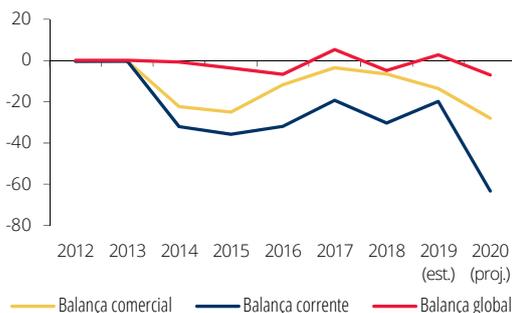
Após a queda acentuada em 2019, devido ao impacto dos ciclones tropicais sobre as indústrias extrativas e o setor agrícola, o crescimento económico deverá manter-se moderado em 2020 face ao choque da pandemia de COVID-19.

Gráfico II.4.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em %



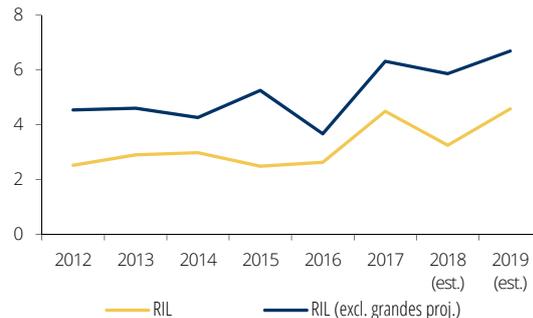
A inflação permanece em níveis contidos desde 2017. A taxa de variação homóloga foi de 3,5% no final de 2019, apesar do choque na oferta agregada provocado pelos ciclones tropicais.

Gráfico II.4.3 • Balança de pagamentos | Em % do PIB



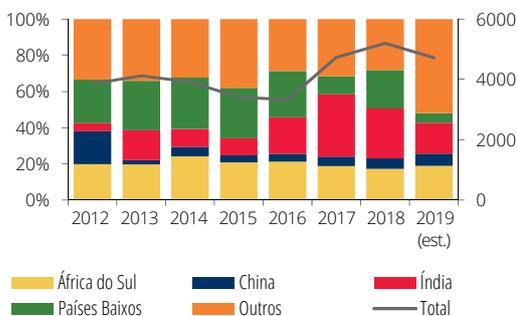
Para 2020, projeta-se um aumento substancial do défice da balança corrente, devido ao impacto negativo da pandemia de COVID-19 no saldo da balança comercial.

Gráfico II.4.4 • Reservas cambiais | Em meses de importações de bens e serviços



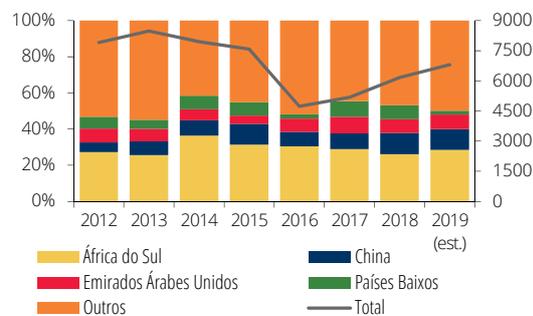
O nível de reservas internacionais líquidas permanece em patamares confortáveis por via do financiamento externo em 2019, correspondendo a 6,7 meses de importações, excluindo grandes projetos.

Gráfico II.4.5 • Exportações de mercadorias | Destinos em %, total em milhões de USD



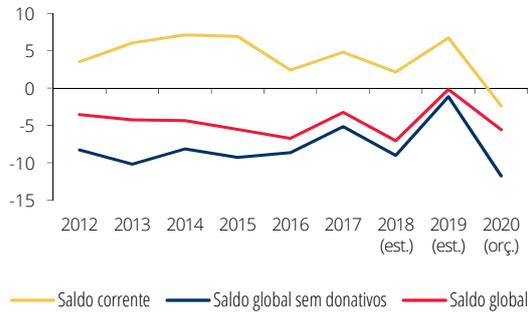
A queda das exportações de 2019 resultou do decréscimo de volumes e preços, em particular do carvão, do alumínio e do gás natural. A África do Sul e a Índia permanecem como principais destinos.

Gráfico II.4.6 • Importações de mercadorias | Origens em %, total em milhões de USD



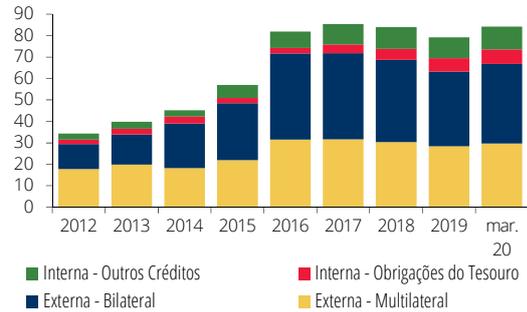
A criação ou reabilitação de infraestruturas, para zonas afetadas pelos ciclones ou para grandes projetos, levou ao aumento das importações de bens, com a África do Sul e a China a representarem cerca de 40% do total.

Gráfico II.4.7 • Saldos orçamentais | Em % do PIB



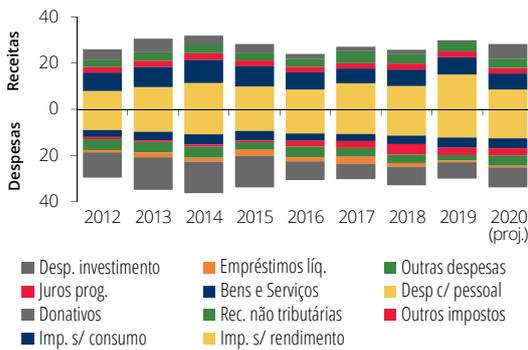
O saldo corrente melhorou em 2019, apesar do aumento das despesas devido aos ciclones tropicais. Em 2020, os donativos deverão mitigar o impacto da queda do saldo corrente no saldo global.

Gráfico II.4.8 • Dívida pública | Em % do PIB



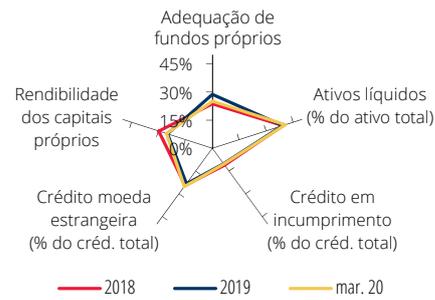
A dívida pública permanece em níveis elevados. A tendência descendente iniciada em 2017 deverá ser interrompida em 2020, face às necessidades de financiamento geradas pela pandemia de COVID-19.

Gráfico II.4.9 • Receitas e despesas públicas | Em % do PIB



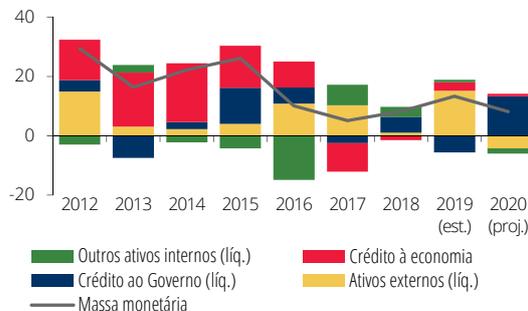
O orçamento de 2020 surge influenciado pelas medidas de combate à pandemia, explicando o aumento dos gastos públicos, a redução da receita tributária e o aumento expressivo dos donativos.

Gráfico II.4.10 • Indicadores de estabilidade financeira



O setor bancário manteve níveis adequados de capitalização, liquidez e rentabilidade em 2019. Sublinha-se a queda de 4,9 pp do ROE face a 2018 e a persistência do crédito em incumprimento em níveis elevados.

Gráfico II.4.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em % do valor inicial da massa monetária



A expansão monetária em 2019 ficou a dever-se ao aumento dos ativos externos líquidos. Em 2020, o crescimento da massa monetária deverá arduar apesar da política monetária mais acomodatória.

Gráfico II.4.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2004, médias mensais



O metical permaneceu estável ao longo de 2019 em termos efetivos. No primeiro semestre de 2020 o metical registou uma depreciação efetiva, sobretudo pela depreciação nominal face às moedas dominantes.

Quadro II.4.1 • Principais indicadores económicos

		2017	2018		2019		2020	
			Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.	
Produto e preços								
PIB nominal	milhões de EUR	11 017	12 972	13 483	13 665	13 201	-	
PIB real	taxa de variação anual	3,7	3,4	1,8	2,2	2,2	-	
Produto <i>per capita</i>	USD, em PPP ^(a)	1284	1320	-	1334	-	-	
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	5,6	3,5	5,6	3,5	6,5	2,7 jun.	
Inflação (IPC)	taxa de variação média	15,1	3,9	8,5	2,8	5,3	2,8 jun.	
Finanças públicas								
Receitas totais	% do PIB	27,0	25,8	30,2	29,9	28,2	-	
Despesas totais	% do PIB	30,3	32,8	36,6	30,0	33,8	-	
Saldo global	% do PIB	-3,2	-7,0	-6,4	-0,2	-5,6	-	
Saldo global (sem donativos)	% do PIB	-5,2	-9,0	-12,9	-1,1	-11,8	-	
Dívida pública	% do PIB	85,3	84,0	-	79,3	-	84,3 mar.	
Interna	% do PIB	13,5	15,3	-	16,0	-	17,5 mar.	
Externa	% do PIB	71,8	68,7	-	63,3	-	66,8 mar.	
Externa	% das exportações ^(b)	176	171	-	171	-	-	
Moeda e crédito								
Crédito líquido ao SPA	taxa de variação anual	-22,1	64,1	98,1	-40,7	198,1	-52,5 jun.	
Crédito à economia	taxa de variação anual	-13,6	-2,5	5,6	5,1	1,7	7,6 jun.	
Massa monetária (M3)	taxa de variação anual	5,1	8,2	8,0	12,2	8,2	7,5 jun.	
Taxas de juro^(b)								
Passiva, a 1 ano	taxa anual	18,0	11,2	-	8,7	-	8,0 jun.	
Ativa, a 1 ano	taxa anual	28,0	20,7	-	21,0	-	19,0 jun.	
Taxa diretora (MIMO)	taxa anual	19,5	14,6	-	12,8	-	10,3 ago.	
Estabilidade financeira								
Adequação dos fundos próprios ^(c)	%	21,5	23,8	-	28,8	-	25,2 mar.	
Crédito com imparidade/crédito total	%	12,6	11,1	-	10,2	-	10,3 mar.	
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	%	32,0	29,8	-	24,9	-	25,5 mar.	
Balança de pagamentos								
Balança corrente	% do PIB	-19,3	-30,3	-57,2	-19,8	-63,3	-	
Balança corrente excluindo transferências oficiais	% do PIB	-22,8	-31,0	-	-26,0	-	-	
Reservas oficiais (líquidas)	meses de importações ^(d)	4,5	3,2	-	4,6	4,7	4,4 jun.	
Taxas de câmbio								
EUR/MZM	taxa média	71,6	71,2	-	70,0	-	78,5 jun.	
USD/MZM	taxa média	63,6	60,3	-	62,6	-	69,7 jun.	
ITCE nominal ^(e)	taxa de variação anual	13,4	3,5	-	-0,8	-	-2,4 jun. ^(f)	
ITCE real ^(e)	taxa de variação anual	16,1	3,5	-	-1,4	-	-2,0 jun. ^(f)	

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BdP. | Notas: (a) Paridade do poder de compra; (b) Exportações de bens e serviços; (c) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (d) Importações de bens e serviços do mesmo ano (ou do ano anterior, no caso de valores intra-anuais); (e) Índice da taxa de câmbio efetiva calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2010/14 (apreciação: +; depreciação: -); (f) Variação da média mensal de fim do período face a dezembro do ano anterior.



5 São Tomé e Príncipe

Área 997 km²

Capital Cidade de São Tomé

População 219 milhares (2020; fonte: Nações Unidas)

Moeda Dobra

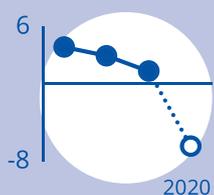
A economia de São Tomé e Príncipe está a ser muito penalizada pelos efeitos da pandemia de COVID-19, agravando o fraco dinamismo que já vinha evidenciando nos últimos anos. As medidas sanitárias de confinamento introduzidas em março provocaram a suspensão de segmentos relevantes da atividade económica, quer no setor formal, quer na componente informal da economia, a qual tem em São Tomé uma expressão elevada.

Uma das áreas em que essas consequências são mais evidentes é o turismo, a principal fonte de divisas do país: a suspensão das ligações aéreas com o exterior e as restrições associadas ao confinamento prejudicaram a atividade turística com a consequente destruição de postos de trabalho, num setor que é responsável por uma ampla parcela do emprego formal no país.

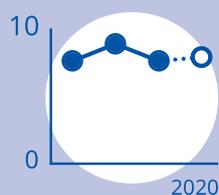
As autoridades têm procurado implementar medidas de combate aos efeitos económicos e sociais da pandemia, mas os recursos financeiros são limitados, apesar do acesso a facilidades de crédito de organizações internacionais (FMI, Banco Mundial), da suspensão de obrigações do serviço da dívida externa e de uma maior disponibilidade dos parceiros internacionais, nomeadamente no domínio da assistência médica. A par das limitações financeiras, a capacidade de resposta do país também está condicionada por carências em infraestruturas e recursos humanos, nomeadamente no domínio da saúde, bem como pelo elevado grau de informalidade da economia, que dificulta a formulação e implementação de medidas de mitigação.

A celebração de um novo programa de ajustamento económico com o FMI em outubro de 2019 e as novas perspetivas abertas pela exportação de óleo de palma são contributos importantes para a desejada recuperação económica de São Tomé e Príncipe.

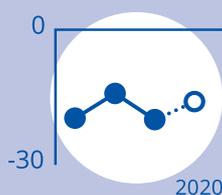
**CRESCIMENTO
ECONÓMICO**
%



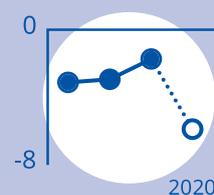
INFLAÇÃO
variação homóloga,
%



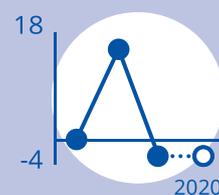
**BALANÇA
CORRENTE**
% do PIB



**SALDO
ORÇAMENTAL**
% do PIB



**MASSA
MONETÁRIA**
variação %



A economia de São Tomé e Príncipe vem apresentando desde 2015 um **crescimento insuficiente** para gerar o emprego necessário para acomodar a expansão demográfica e permitir a redução dos níveis prevaletentes de pobreza, que afeta mais de 60% da população.

Em 2019 essa tendência desfavorável acentuou-se, tendo a taxa de crescimento real do produto caído para 1,3%, o nível mais baixo dos últimos 30 anos. A eclosão da pandemia a partir de março de 2020 tornou a situação ainda mais grave, com o FMI a projetar em agosto uma queda do produto que poderá atingir 6,5%.

Embora a generalidade das áreas de atividade económica estejam a ser afetadas por esta crise, essa penalização afeta de sobremaneira o setor do turismo, que, desde 2014 (ano da isenção de vistos para visitantes temporários), vinha a ocupar um papel económico de relevo, em termos de emprego, de valor acrescentado, de captação de divisas e de contribuição para as receitas fiscais. A interdição das viagens aéreas implementada a partir de meados de março provocou a suspensão das atividades deste setor e mesmo o gradual restabelecimento das viagens não se traduzirá na retoma completa do fluxo de turistas estrangeiros.

A redução do crescimento económico em 2019 deveu-se a um conjunto de fatores: o orçamento para este ano foi aprovado tardiamente (abril), pelo que a execução das despesas de investimento público ficou muito aquém do previsto, quer na componente financiada por recursos internos (taxa de execução de 41%), quer na parcela quantitativamente mais relevante financiada externamente (execução em 31%), refletindo alguma dificuldade na mobilização dos parceiros externos, em consequência da instabilidade política vivida no final de 2018 e início de 2019.

Também o turismo, a atividade mais dinâmica dos últimos anos, não foi particularmente propício em 2019, pois, apesar do aumento do número de visitantes (mais 5%), as receitas registaram uma ligeira redução. A produção de cacau (habitualmente o principal bem de exportação) foi afetada pelo padrão irregular da pluviosidade, o qual que deu origem a problemas fitossanitários cujas consequências foram acentuadas por carência de pesticidas.

Em sentido positivo, há a salientar a emergência da produção de óleo de palma, cujas vendas ao exterior no último trimestre de 2019 e nos primeiros meses de 2020 superaram o cacau enquanto principal bem de exportação. Releva reconhecer que esta situação só foi possível graças ao massivo investimento direto estrangeiro efetuado há cerca de uma década na renovação sistemática das plantações de palmeiras na região sul da ilha de São Tomé.

Entre 2009 e 2015, São Tomé e Príncipe beneficiou de um significativo processo de desinflação, para o qual contribuiu o regime de paridade fixa da dobra face ao euro, adotado em 2010. No entanto, desde 2015, essa tendência desvaneceu-se e nos últimos anos a **inflação** tem oscilado entre 6 e 9%. No final de 2019, a taxa de inflação homóloga e a taxa média anual cifravam-se em 7,7% (ligeiramente abaixo dos valores do final de 2018), mas um recrudescimento dos preços do peixe (que tem um peso relevante no cabaz de consumo) nos últimos meses de 2019 e início de 2020 voltou a fazer aumentar a taxa, para uma variação homóloga de 8,2% em março. Ainda que sem dados oficiais sobre o comportamento dos preços após março, informação avulsa parece indiciar que, apesar das perturbações nos transportes marítimos provocadas pela pandemia, não se terá materializado uma quebra nos abastecimentos provenientes do exterior, situação que no passado tinha constituído um impulsionador de surtos inflacionistas.

O défice da **balança corrente** aumentou em 2019, nomeadamente devido às quebras nas receitas provenientes do turismo, nas exportações de cacau e nas transferências privadas. Apesar do agravamento da balança corrente, os fluxos com o exterior de natureza financeira (nomeadamente desembolsos de empréstimos externos) permitiram que no final de 2019 se verificasse uma ligeira melhoria na disponibilidade de divisas face às dificuldades observadas em anos anteriores. As reservas cambiais reforçaram-se de novo nos primeiros meses de 2020, com uma contribuição do Banco Africano

de Desenvolvimento e um desembolso do FMI ao abrigo da *Rapid Credit Facility* (RCF). No entanto, estes recursos deverão ser rapidamente mobilizados, nomeadamente para pagamentos de bens e equipamentos de saúde adquiridos para o combate à pandemia, bem como para regularização das operações em atraso de cobertura cambial das restantes importações.

A gestão das **finanças públicas** em São Tomé e Príncipe vem sendo estreitamente articulada com a prossecução das metas e dos objetivos acordados no âmbito dos sucessivos programas celebrados com o FMI desde há várias décadas. No entanto o cumprimento dessas metas é frequentemente condicionado por fatores políticos, nomeadamente em anos de eleições, como sucedeu em 2018, o que provocou a não conclusão do programa acordado em 2015.

Após negociações prolongadas, o Governo celebrou em outubro de 2019 um novo programa com o FMI para vigorar até 2023, ao abrigo da *Extended Credit Facility* (ECF). A execução deste programa iniciou-se de forma favorável, tendo mesmo sido possível alcançar em 2019 um défice primário interno (saldo global excluindo donativos, receitas petrolíferas, juros da dívida e despesas de investimento financiadas com recursos externos, principal referência quantitativa do programa) de 1,8%, enquanto a meta acordada era de 2,1%. Esta redução do défice deveu-se sobretudo a uma grande contenção nas despesas de investimento financiadas com recursos do Tesouro, que se veio adicionar ao desempenho menos favorável dos projetos públicos financiados pelos parceiros de desenvolvimento.

No entanto, a crise gerada pela pandemia provocará o agravamento desse défice em 2020: de acordo com o orçamento retificativo, aprovado em julho, o défice primário deverá atingir 6,3% do PIB, uma vez que terá de acomodar um aumento das despesas correntes relacionadas com as medidas de combate à crise, bem como uma redução nas receitas fiscais, nomeadamente na componente de impostos diretos. Na sequência da primeira avaliação do programa ECF (efetuada em julho), o FMI aprovou uma revisão das respetivas metas, tendo em conta os efeitos da pandemia.

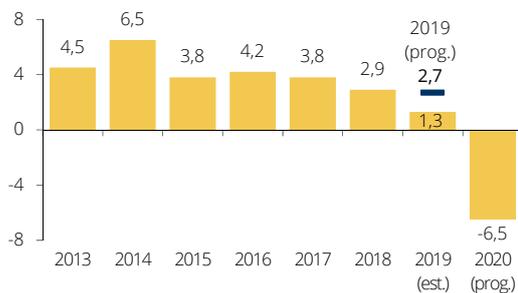
O financiamento do défice orçamental será assegurado por fontes externas, nomeadamente pelo já referido acesso à RCF, concretizado em abril, no valor de cerca de 12,3 milhões de USD. O financiamento associado à facilidade ECF foi incrementado em cerca de 2 milhões de USD (face aos 18 milhões de USD acordados em outubro de 2019).

A inclusão em abril passado de São Tomé e Príncipe na lista de países de baixo rendimento a serem contemplados pelo *Catastrophe Containment and Relief Trust* do FMI irá permitir a realização de uma poupança no serviço da dívida do presente ano no valor de 0,15 milhões de USD. Esta redução do serviço da dívida poderá ser maior, caso os credores oficiais bilaterais (nomeadamente Portugal e China) venham a aderir ao apelo de generalização da moratória, através da *Debt Service Suspension Initiative*.

A **massa monetária** registou em 2019 uma diminuição de 2,1%, tendência que provavelmente se manterá em 2020. O crédito tem estado praticamente estagnado desde 2016; a conjugação do escasso dinamismo económico e a fragilidade das instituições bancárias condiciona desfavoravelmente o desenvolvimento do negócio bancário.

A posição das disponibilidades líquidas sobre o exterior do sistema bancário (e, em especial, do Banco Central de São Tomé e Príncipe – BCSTP) melhorou ligeiramente durante 2019, tendo recebido novo impulso nos primeiros meses de 2020 graças às entradas de divisas (empréstimos e donativos). A suspensão do serviço da dívida multilateral (e, eventualmente, da dívida bilateral oficial) poderá vir a conceder alguma margem de manobra, mas reduzida. O eventual recurso a financiamento externo está condicionado pelo elevado nível de **dívida externa** e pela intenção de só recorrer a empréstimos de natureza concessional.

Gráfico II.5.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



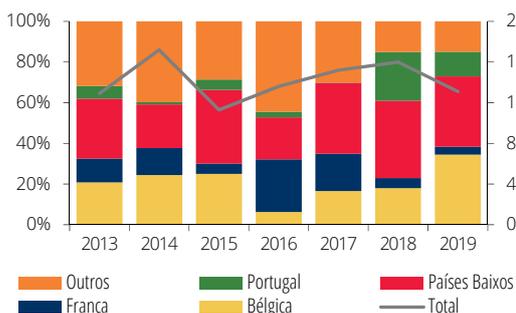
A recessão provocada pelos efeitos da pandemia será de uma dimensão inédita, numa economia que já vinha evidenciando sintomas de falta de dinamismo nos últimos anos.

Gráfico II.5.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em %



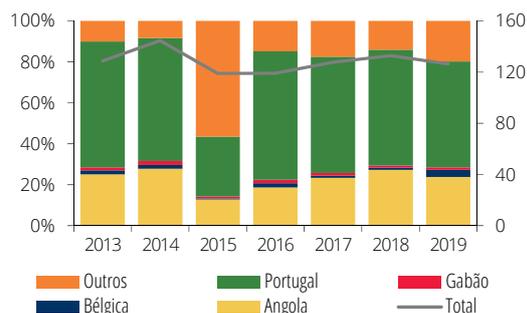
A trajetória de desinflação dos primeiros anos do novo regime cambial (até 2015) perdeu a sua dinâmica; a meio de 2019 registou-se algum progresso, mas os últimos meses foram de sentido inverso.

Gráfico II.5.3 • Exportações de mercadorias | Destinos em %, total em milhões de USD



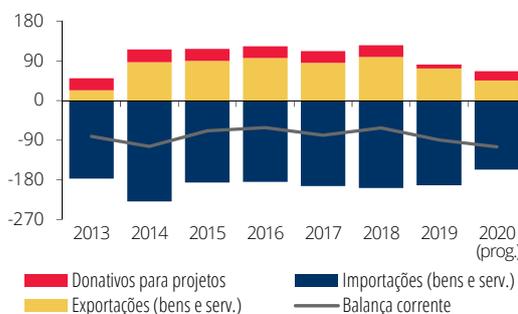
As exportações de cacau registaram uma queda devido a problemas na produção; em contrapartida, as vendas ao exterior de óleo de palma ganharam relevância no final de 2019.

Gráfico II.5.4 • Importações de mercadorias | Origens em %, total em milhões de USD



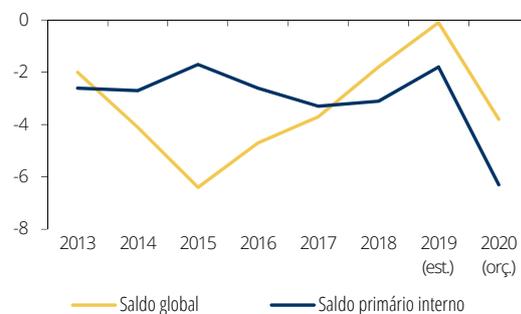
O valor das importações em 2019 registou uma ligeira queda, sobretudo na componente de bens de investimento, em linha com o comportamento da economia.

Gráfico II.5.5 • Balança de pagamentos | Em milhões de USD



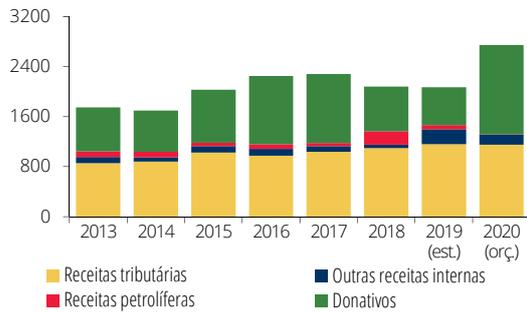
A queda nas receitas de turismo em 2019 constituiu o principal fator de deterioração da balança corrente. Também se acentuou a dificuldade na captação de donativos.

Gráfico II.5.6 • Saldos orçamentais | Em % do PIB



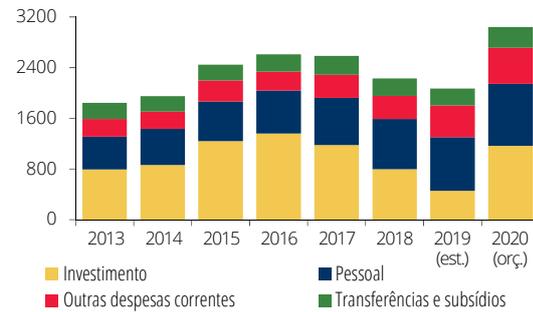
Os saldos orçamentais (global e primário interno) apresentaram alguma melhoria em 2019, devido à redução no investimento público. No entanto o cenário para 2020 é claramente mais desfavorável.

Gráfico II.5.7 • Receitas públicas | Em milhões de dobras



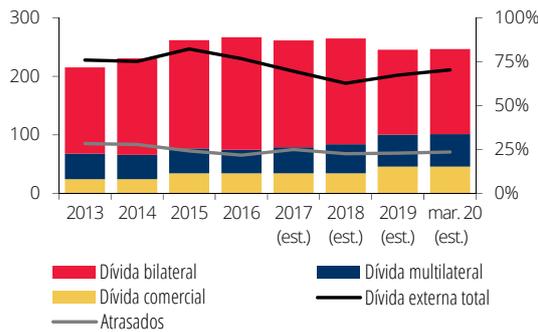
Verificou-se de novo um comportamento medíocre na captação de donativos, que ficaram muito aquém dos valores orçamentados. As restantes receitas fiscais estiveram em linha com as expectativas.

Gráfico II.5.8 • Despesas públicas | Em milhões de dobras



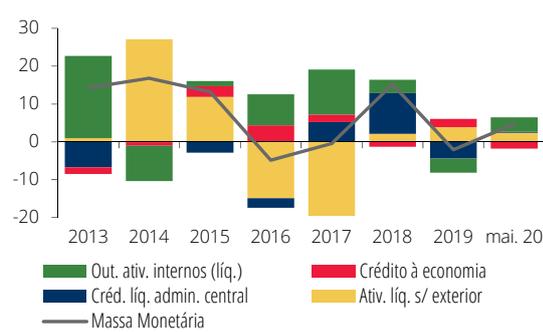
O investimento público caiu para o nível mais baixo dos últimos anos. A despesa com pessoal voltou a aumentar, bem como a generalidade das despesas correntes.

Gráfico II.5.9 • Dívida pública externa | Em milhões de USD, total e atrasados em % do PIB



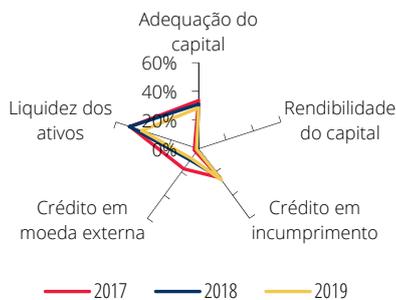
O nível da dívida externa mantém-se preocupante, com perspectivas de agravamento em 2020 devido às necessidades adicionais de financiamento provocadas pela presente crise.

Gráfico II.5.10 • Fatores de variação da liquidez | Variações em % do valor inicial da massa monetária



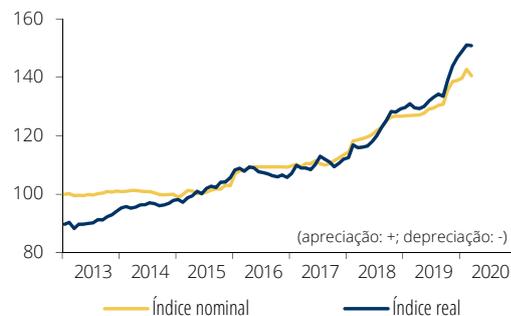
A massa monetária apresentou uma ligeira redução em 2019, situação que se reverteu no primeiro trimestre de 2020. O crédito mantém-se virtualmente estagnado há vários anos.

Gráfico II.5.11 • Indicadores de estabilidade financeira



As fragilidades do sistema bancário subsistem, expressas nomeadamente pelo nível de empréstimos não produtivos e pela rendibilidade praticamente nula das instituições financeiras.

Gráfico II.5.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: dezembro de 2004, médias mensais



A continuada desvalorização da moeda angolana vem provocando uma apreciação do índice de taxa de câmbio efetiva da dobra santomense, ainda mais acentuada em termos reais.

Quadro II.5.1 • Principais indicadores económicos

		2017	2018		2019		2020	
			Est.	Prog.	Est.	Prog. ^(a)	Est.	
Produto e preços								
PIB nominal	milhões de EUR	333	352	381	377	365	-	
PIB real	taxa de variação anual	3,8	2,9	2,7	1,3	-6,5	-	
PIB <i>per capita</i>	USD, em PPP ^(b)	3916	4038	-	4128	-	-	
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	7,7	9,0	7,8	7,7	8,0	8,2	mar.
Inflação (IPC)	taxa de variação média	5,7	7,9	8,4	7,7	7,9	7,6	mar.
Finanças públicas								
Receitas totais	% do PIB	27,7	24,1	32,1	22,5	30,7	-	
Receitas correntes	% do PIB	13,7	13,4	14,4	15,1	14,7	-	
Donativos	% do PIB	13,4	8,3	17,7	6,6	15,9	-	
Despesas totais	% do PIB	31,5	26,0	32,3	22,5	34,5	-	
Despesas correntes	% do PIB	16,9	16,6	16,4	17,5	21,2	-	
Despesas de investimento	% do PIB	14,3	9,2	15,7	4,9	13,0	-	
Saldo primário interno ^(c)	% do PIB	-3,3	-3,1	-1,8	-1,8	-6,3	-	
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	-3,7	-1,8	-0,2	-0,1	-3,8	-	
Dívida pública (inclui dívida garantida)	% do PIB	77,7	71,8	94,2	92,6	104,9	102,1	mar.
Dívida pública externa	% do PIB	72,9	66,8	66,3	67,3	68,2	70,4	mar.
Moeda e crédito								
Crédito líquido à administração central	taxa de variação anual	41,7	148,0	4,0	-145,9	81,5	-23,0	mai. ^(d)
Crédito à economia	taxa de variação anual	2,5	-1,6	5,8	3,2	0,2	-2,5	mai. ^(d)
Massa monetária (M3)	taxa de variação anual	0,2	15,2	12,6	-2,1	-2,0	4,7	mai. ^(d)
Taxa de juro de referência do BCSTP	taxa anual	9,0	9,0	-	9,0	-	9,0	jul.
Estabilidade financeira								
Adequação dos fundos próprios ^(e)	%	33,6	31,1	-	28,5	-	29,2	mar.
Crédito com imparidade/crédito total	%	24,9	24,6	-	26,7	-	25,2	mar.
Rendibilidade dos fundos próprios (ROE)	%	-3,0	-1,1	-	-1,4	-	1,5	mar.
Balança de pagamentos								
Balança comercial (mercadorias)	% do PIB	-30,0	-28,3	-27,7	-27,0	-20,7	-	
Balança de serviços	% do PIB	1,3	4,1	5,8	-1,4	-7,2	-	
Balança corrente	% do PIB	-20,9	-15,1	-16,5	-21,3	-17,0	-	
Reservas oficiais	meses de importações ^(f)	4,6	3,2	3,2	3,9	3,6	4,0	mai.
Taxas de câmbio								
EUR/Dobra	taxa média anual	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	jun.
USD/Dobra	taxa média anual	21,9	20,9	21,7	22,1	22,0	21,9	jun.
ITCE nominal ^(g)	taxa de variação anual	0,5	11,2	-	7,5	-	1,2	mar. ^(d)
ITCE real ^(g)	taxa de variação anual	-1,4	14,0	-	11,2	-	2,8	mar. ^(d)

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal. | Notas: (a) Os valores referentes ao ano de 2020 correspondem às previsões acordadas entre as autoridades santomenses e o FMI (relatório ECF de julho de 2020); os valores das finanças públicas correspondem ao Orçamento retificativo de 2020; (b) Paridade do poder de compra; (c) O saldo primário interno corresponde ao saldo global (base compromissos) excluindo donativos, receitas petrolíferas, juros da dívida e despesas de investimento financiadas com recursos externos; (d) Variação face a dezembro do ano anterior; (e) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (f) Importações de bens e serviços, programados em n-1 para o ano n; (g) Índice da taxa de câmbio efetiva, calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos principais parceiros comerciais (valorização: +; desvalorização: -).



6 Timor-Leste

Área 14 954 Km²

Capital Dili

População 1318 milhares (2020; fonte: Nações Unidas)

Moeda Dólar norte-americano

Em 2019, a economia timorense registou um crescimento de 4,8%, após dois anos consecutivos de variações negativas. No entanto, este desempenho mais favorável foi interrompido pelo regresso da instabilidade política no final de 2019 e, a partir de março de 2020, pela eclosão da pandemia de COVID-19 que obrigou as autoridades a tomar medidas reforçadas de controlo e confinamento, com repercussões negativas significativas na atividade económica.

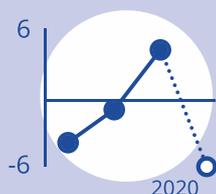
As medidas adotadas para atenuar os efeitos sociais desta situação (subvenções diretas às famílias, comparticipação pelo Estado em 60% dos salários dos empregos preservados, reforço das estruturas de saúde, importação substancial de bens alimentares fundamentais, entre outras) terão um custo muito significativo para os cofres públicos, implicando o recurso a transferências substanciais do Fundo do Petróleo. O valor deste Fundo aumentou cerca de 12% durante 2019, tendo registado novo aumento no primeiro semestre deste ano, atingindo no final de junho um valor superior a 18 mil milhões de USD.

As perspetivas atuais para o comportamento da economia timorense são pouco favoráveis, com o banco central a prever uma contração de 6% em 2020 e as estimativas das organizações internacionais a oscilar entre -3,0 e -9,3%, embora todas reconheçam o seu elevado grau de incerteza.

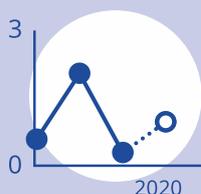
Apesar das medidas anunciadas pelas autoridades, Timor-Leste regista uma destruição significativa de emprego (nomeadamente no comércio, na restauração e na hotelaria) e a capacidade de intervenção das autoridades tem estado restringida pela inexistência de orçamento para 2020 e consequente regime por duodécimos. Esta limitação traduz-se numa taxa de execução das despesas de 52% até ao final de agosto (face ao orçamento de 2019).

A proposta de orçamento para 2020 foi submetida a apreciação pelo Parlamento no final de agosto. O orçamento de 2021 deverá incorporar a parte mais substancial das medidas do plano de recuperação económica divulgado pelas autoridades no final de agosto, apesar de se prever que algumas delas sejam implementadas ainda em 2020.

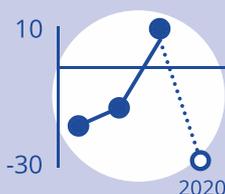
CRESCIMENTO ECONÓMICO
%



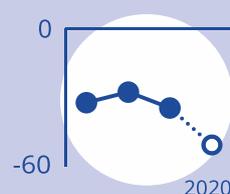
INFLAÇÃO
variação homóloga,
%



BALANÇA CORRENTE
% do PIB



SALDO ORÇAMENTAL
% do PIB



MASSA MONETÁRIA
variação %



Após dois anos de contração (-3,8% em 2017 e -0,8% em 2018), a economia de Timor-Leste registou em 2019 um **crescimento positivo**, estimado em 4,6%. O bom desempenho resultou sobretudo da normalização da situação política, que permitiu a aprovação em janeiro de 2019 do orçamento para esse ano e a sua atempada implementação, fundamental para a concretização das medidas de política económica num contexto de elevada dependência da intervenção do Estado na economia.

A estabilidade política veio no entanto a desvanecer-se nos últimos meses de 2019, seguindo-se um longo processo de formação de um novo executivo, só concluído no final de junho de 2020. A interrupção no funcionamento do Governo traduziu-se na impossibilidade de aprovação do orçamento para 2020 até ao final de agosto, esperando-se que o orçamento para 2021 possa ser aprovado até ao final de 2020. A gestão das finanças públicas tem decorrido em regime de duodécimos, com as consequentes limitações à ação governativa, das quais se destaca a necessidade de recorrer ao Parlamento para autorizar qualquer transferência do Fundo do Petróleo para o Tesouro.

A partir de março de 2020, as autoridades viram-se obrigadas a tomar medidas destinadas a minimizar a propagação da pandemia de COVID-19. Essas medidas incluíram a implementação do estado de emergência, o encerramento das fronteiras aéreas, restrições nas fronteiras terrestres e ao tráfego marítimo, a suspensão do trabalho presencial na generalidade da administração pública (entretanto revogada), bem como o apoio às empresas através do pagamento temporário de 60% dos vencimentos dos empregados que de outra forma perderiam os seus postos de trabalho, a suspensão dos pagamentos à segurança social e a atribuição de um subsídio generalizado às famílias de menores rendimentos.

As perturbações na atividade económica e nomeadamente nos transportes marítimos (Timor-Leste importa uma parte significativa dos seus bens de consumo) fez temer um recrudescimento dos preços, à semelhança do que aconteceu nas crises de 2006-08 e de 2011; no entanto, a **inflação** tem-se revelado contida, para o que terá contribuído o aprovisionamento pelo Estado de quantidades significativas de arroz importado, um bem essencial e com elevado peso no cabaz de compras dos timorenses. A inflação anual tem-se mantido abaixo dos 1,5%, sendo credível a meta das autoridades de 1,0% para o final do ano.

O café continua a ser praticamente o único bem de exportação de Timor-Leste. De acordo com a nova metodologia das contas nacionais, a exploração de petróleo e de gás no Mar de Timor deixou de ser considerada para efeitos do cálculo do PIB ou das exportações, pelo que a sua contribuição para as estatísticas económicas se reflete nos rendimentos do exterior (pagamento de impostos e *royalties* pelas empresas externas que operam nessas explorações) e consequentemente no rendimento nacional de Timor-Leste.

A **balança corrente** voltou a apresentar em 2019 uma situação excedentária, beneficiando do aumento das receitas pagas pelas empresas petrolíferas e do elevado nível de rendimentos do exterior proporcionado pelo Fundo do Petróleo em 2019 (embora a maior componente do aumento do valor do Fundo corresponda a mais-valias na sua carteira de títulos, não contabilizadas na balança corrente e, portanto, sem impacto no rendimento nacional). As importações voltaram a registar uma redução ligeira, permanecendo longe dos níveis registados entre 2012 e 2014, quando o esforço de investimento em infraestruturas deu origem à aquisição de bens de equipamento onerosos, nomeadamente no processo de eletrificação do país.

A gestão das **contas públicas** em 2019 cumpriu genericamente as metas inscritas no orçamento, o qual havia sido aprovado com reduções no valor das despesas inicialmente propostas, após ter sido reformulado na sequência do veto presidencial.

As **receitas públicas** aumentaram cerca de 8%, variação induzida pela quase duplicação da componente não tributária, em linha com as expectativas orçamentais, enquanto as receitas provenientes de impostos registaram uma diminuição pouco expressiva. A grande fatia das receitas públicas em

2019 continuou a ser assegurada pelas transferências regulares (inscritas no orçamento) do Fundo do Petróleo, que corresponderam a cerca de 90% das receitas totais (e a 32% do produto). Em 2020 as receitas fiscais deverão cair 40% devido à contração económica e às medidas entretanto tomadas de suspensão do pagamento de alguns impostos.

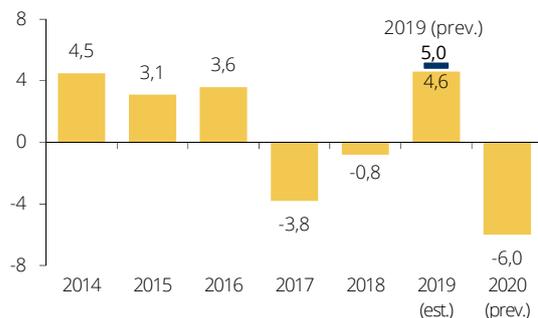
As **despesas públicas correntes** aumentaram em 2019 cerca de 15%, após as reduções registadas em 2017 e 2018, contribuindo para a contração do produto nesses dois anos. Em 2019 merece destaque o baixo nível de execução (menos de 50%) das transferências, as quais constituíram, entre 2016 e 2018, a principal componente da despesa corrente. Estas transferências estão associadas ao financiamento do crescente número de instituições, administrações e serviços públicos autónomos. Para 2020 o orçamento aponta para um aumento das despesas correntes de cerca de 32%, resultante das medidas de combate à pandemia e de recuperação da economia, o qual até ao final de agosto não se tinha ainda materializado. As despesas de investimento deverão registar uma diminuição de 35%, devido às dificuldades de prosseguimento do investimento público no contexto da instabilidade política da primeira metade do ano e das restrições à atividade económica decorrentes da pandemia.

O **financiamento do défice orçamental** voltou a ser assegurado em 2019 pelas transferências extraordinárias do Fundo do Petróleo que, por excederem o valor do rendimento sustentado estimado da riqueza petrolífera, careceram de aprovação explícita pelo Parlamento. Em 2019, as transferências extraordinárias do Fundo foram de 440 milhões de USD (cerca de 26% do PIB), valor ainda assim contido devido à baixa execução da despesa. Em 2020 o financiamento voltará a ser assegurado por estas transferências, bem como pelo recurso aos saldos do Tesouro. Apesar das transferências (regulares e extraordinárias), o **Fundo do Petróleo** registou em 2019 um aumento de 15,8 para 17,7 mil milhões de USD, beneficiando da valorização dos seus ativos financeiros, bem como do bom comportamento das receitas fiscais associadas à exploração dos recursos energéticos do Mar de Timor. Na primeira metade de 2020, o valor do Fundo voltou a aumentar (apesar das quedas nos mercados financeiros entre fevereiro e maio), chegando a mais de 18 mil milhões de USD no final de junho, o que corresponde a cerca de 11 vezes o valor estimado do PIB para o ano.

O **sistema bancário** mantém uma expressão reduzida na economia de Timor-Leste, o que se traduz num nível de crédito bancário inferior a 17% do produto e a cerca de 36% dos depósitos captados. As autoridades monetárias têm adotado uma política assertiva em termos de exigência de constituição de provisões para o crédito em incumprimento e de reconhecimento das perdas pelas instituições bancárias, o que permite que o rácio geral de empréstimos não produtivos esteja abaixo de 6%. No setor dos seguros, de expressão ainda mais reduzida, têm-se verificado problemas no cumprimento das normas regulatórias, tendo sido ordenado o encerramento de uma instituição.

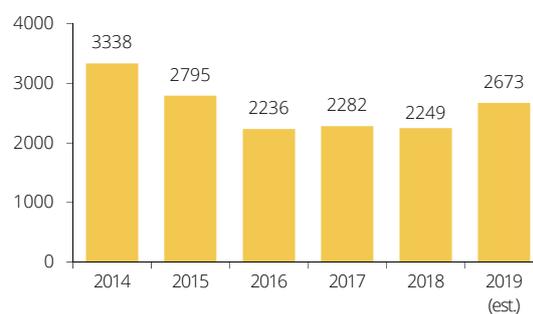
Timor-Leste adotou em 2001 o **dólar norte-americano** como moeda oficial (complementada por moeda metálica nacional, emitida pelo Banco Central de Timor-Leste, com um valor fixo face à moeda americana). Em consequência deste enquadramento, registou-se alguma perturbação cambial na primeira metade de 2020, quando alguns dos principais parceiros comerciais, em particular a Indonésia e a Austrália, registaram fortes depreciações das suas moedas face ao dólar norte-americano.

Gráfico II.6.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



A recuperação da atividade económica em 2019 não terá continuidade, prevendo-se uma contração devido às consequências da pandemia e das medidas tomadas para a sua contenção.

Gráfico II.6.2 • Rendimento Nacional | Em milhões de USD



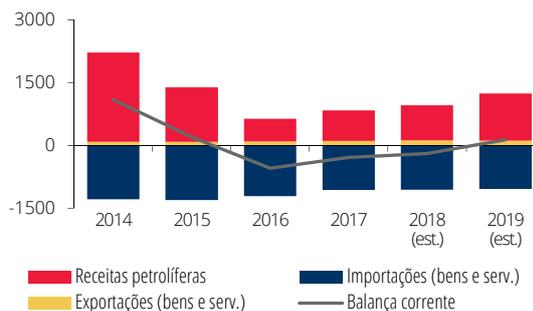
O crescimento económico em 2019 e o bom comportamento financeiro do Fundo do Petróleo permitiram que o rendimento nacional regressasse sensivelmente ao nível observado em 2015.

Gráfico II.6.3 • Inflação | Taxas de variação do IPC, em %



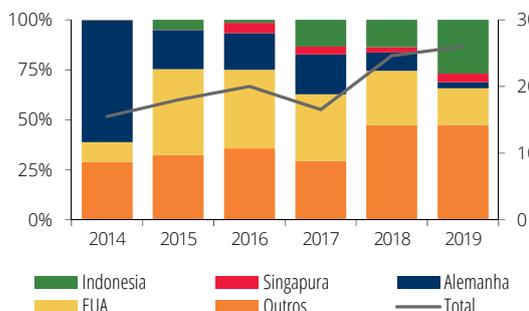
As medidas de controlo sanitário impuseram dificuldades no transporte e distribuição de bens, o que provocou uma ligeira subida da inflação em 2020 que, no entanto, se mantém abaixo dos 1,5%.

Gráfico II.6.4 • Balança corrente | Em milhões de dólares



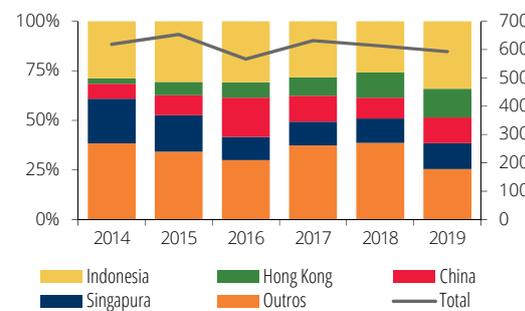
O crescimento das receitas petrolíferas (fiscais e do Fundo do Petróleo) foi o principal fator para o retorno a um saldo positivo da balança corrente em 2019, após vários anos de défice.

Gráfico II.6.5 • Exportações de mercadorias | Destinos em %, total em milhões de USD



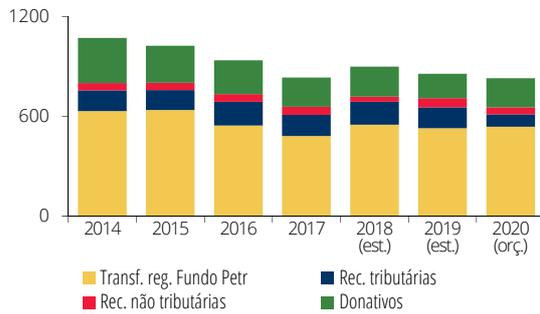
O café continua a ser quase exclusivamente o único bem de exportação de Timor-Leste. Nos últimos anos a Indonésia tem vindo a ocupar um papel de relevo enquanto destino destas exportações.

Gráfico II.6.6 • Importações de mercadorias | Origens em %, total em milhões de USD



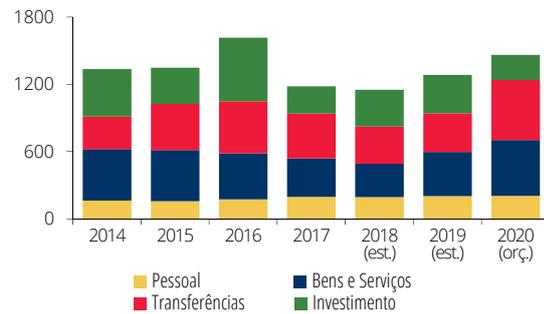
A Indonésia reforçou em 2019 a sua posição como principal origem das importações, que voltaram a registar uma ligeira queda, nomeadamente nas componentes relacionadas com o investimento.

Gráfico II.6.7 • Receitas públicas | Em milhões de USD



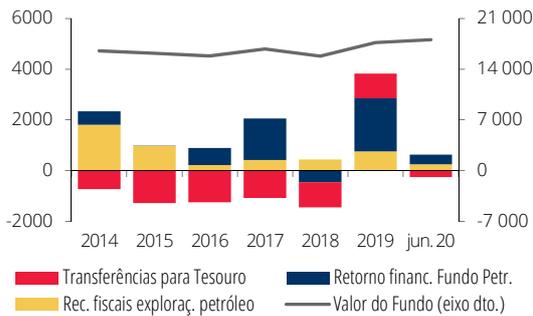
As transferências regulares do Fundo do Petróleo continuam a constituir cerca de dois terços das receitas totais. As restantes receitas públicas estiveram em linha com as expectativas orçamentais.

Gráfico II.6.8 • Despesas públicas | Em milhões de USD



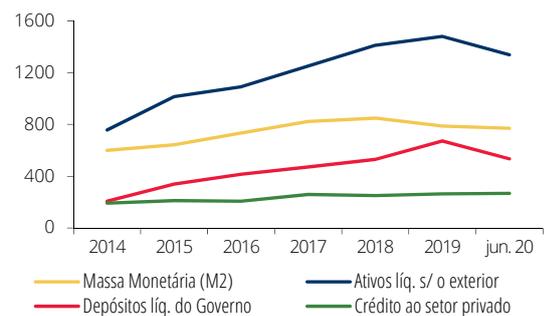
A despesa pública em 2019 cresceu face ao ano anterior, embora menos do que o estimado no orçamento. O montante de transferências para as entidades autónomas ficou muito abaixo dos valores previstos.

Gráfico II.6.9 • Fundo do Petróleo | Em milhões de USD



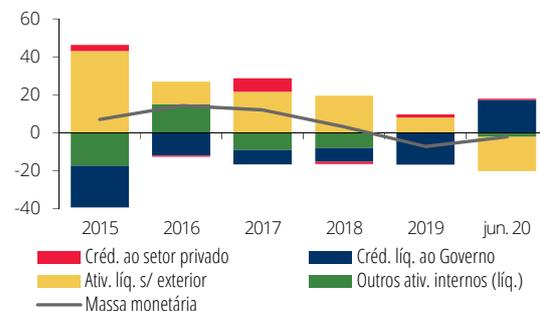
O comportamento dos mercados financeiros em 2019 permitiu uma notável subida do valor do Fundo do Petróleo, que continuou em 2020, apesar da queda nos primeiros meses do ano.

Gráfico II.6.10 • Agregados monetários | Em milhões de USD



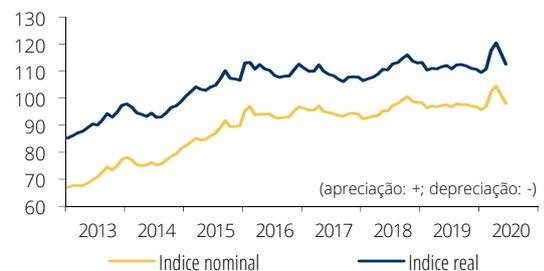
A massa monetária registou uma redução em 2019, condicionada pelos atrasos nos pagamentos do Estado. O crédito bancário mantém uma reduzida expressão económica.

Gráfico II.6.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em % do valor inicial da massa monetária



A normalização dos pagamentos do Estado no início de 2020 reduziu a tendência decrescente dos agregados monetários, embora muitos desses fluxos acabem por ser dirigidos ao exterior.

Gráfico II.6.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2001, médias mensais



Nos primeiros meses de 2020 registou-se alguma depreciação no valor das moedas de importantes parceiros comerciais de Timor (Indonésia, Austrália), posteriormente corrigida.

Quadro II.6.1 • Principais indicadores económicos

		2017	2018		2019		2020	
			Est.	Prev.	Est.	Prev.	Est.	
Produto, rendimento e preços								
PIB nominal	milhões de USD	1610	1569	2086	1651	1568	-	
PIB real	taxa de variação anual	-3,8	-0,8	5,0	4,6	-6,0	-	
Produto <i>per capita</i>	USD, em PPP ^(a)	3166	3152	-	3253	-	-	
Rendimento Nacional	milhões de USD	2282	2249	-	2673	-	-	
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	0,8	2,1	2,8	0,3	1,0	1,4 jun.	
Inflação (IPC)	taxa média anual	0,6	2,3	2,5	0,9	1,0	0,9 jun.	
Finanças públicas								
Receitas totais	% do PIB	51,8	57,3	42,7	51,9	52,8	-	
Receitas tributárias	% do PIB	7,9	8,7	6,5	7,6	4,8	-	
Receitas não tributárias	% do PIB	3,0	2,0	3,0	3,4	2,8	-	
Transferências regulares do Fundo do Petróleo	% do PIB	29,9	35,1	25,4	32,0	34,2	-	
Donativos para projetos	% do PIB	11,0	11,6	7,8	8,9	11,1	-	
Despesas totais	% do PIB	86,1	78,5	90,2	86,9	104,7	-	
Despesas correntes	% do PIB	58,5	47,3	66,0	57,3	79,4	-	
Despesas de investimento	% do PIB	16,5	21,4	16,4	20,7	14,2	-	
Saldo global	% do PIB	-32,6	-27,8	-47,6	-35,0	-51,9	-	
Receitas petrolíferas ^(b)	% do PIB	129,2	-0,7	46,2	173,1	44,0	-	
Fundo do Petróleo	mil milhões de USD	16,8	15,8	15,9	17,7	17,4	18,1 jun.	
Fundo do Petróleo	% do PIB	1044	1007	763	1072	1113	1152 jun.	
Dívida pública externa	% do PIB	6,6	9,2	11,4	13,8	18,9	12,1 mar.	
Moeda e crédito								
Ativos externos líquidos ^(c)	taxa de variação anual	14,5	12,9	2,1	4,8	-	-9,6 jun. ^(d)	
Crédito à economia	taxa de variação anual	24,8	-3,7	12,8	5,5	-	1,5 jun. ^(d)	
Depósitos da administração central (líq.)	taxa de variação anual	13,6	12,5	0,0	16,6	-	-20,4 jun. ^(d)	
Massa monetária (M2)	taxa de variação anual	12,1	3,1	11,9	-7,1	-	-2,2 jun. ^(d)	
Crédito/depósitos	%	35,5	31,7	-	34,3	-	35,7 jun.	
Crédito com imparidade/crédito total	%	13,5	5,6	-	5,8	-	5,4 mar.	
Balança de pagamentos								
Balança corrente	% do PIB	-17,6	-12,2	2,7	8,1	-28,1	-	
Balança corrente e de capital	% do PIB	-15,5	-8,9	3,8	9,6	-	-	
Ativos externos públicos ^(e)	meses de importações ^(f)	143	177	167	212	-	214 jun.	
Taxas de câmbio								
USD/IDR (Indonésia)	taxa média anual	13 380	14 232	-	14 118	-	14 546 jul.	
USD/AUD (Austrália)	taxa média anual	1,31	1,34	-	1,44	-	1,42 jul.	
ITCE nominal ^(g)	taxa de variação anual	0,5	1,5	-	1,2	-	1,1 jun. ^(d)	
ITCE real ^(g)	taxa de variação anual	-1,3	2,0	-	0,7	-	1,8 jun. ^(d)	

Fontes: Banco Central e Ministério das Finanças de Timor-Leste, FMI, Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento e cálculos do Banco de Portugal. | Notas: (a) Paridade do poder de compra; (b) As receitas petrolíferas correspondem às receitas fiscais decorrentes da exploração do petróleo e do gás mais o retorno financeiro do Fundo do Petróleo; (c) O valor dos ativos externos não inclui os ativos do Fundo do Petróleo, que são geridos pelo Banco Central mas não fazem parte do seu balanço; (d) O valor desta taxa em 2020 corresponde à variação no período de dezembro de 2019 a junho de 2020; (e) Os ativos externos públicos correspondem ao somatório do valor das reservas cambiais do Banco Central com o valor dos ativos do Fundo do Petróleo; (f) Importações de bens e serviços; (g) Índice da taxa de câmbio efetiva, calculado a partir das taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste [valorização: +; desvalorização: -].



III Relações económicas e financeiras

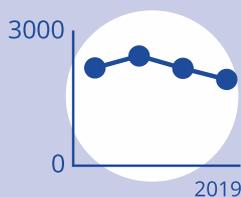
1 Relações económicas e financeiras de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

As relações económicas e financeiras de Portugal com os PALOP e Timor-Leste prolongaram em 2019 as tendências do ano anterior. As exportações de bens portugueses para aqueles países diminuíram 11% face a 2018, tendo representado 3,2% das exportações totais de Portugal. Ainda que a um ritmo inferior ao do ano anterior, as importações portuguesas com origem nestes países aumentaram em 2019, passando a representar 1,5% do total.

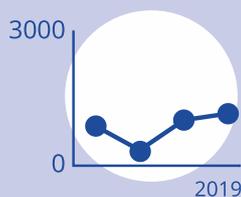
O investimento direto português neste conjunto de países reduziu-se, registando um valor negativo em termos líquidos em 2019. Os montantes investidos por estes países em Portugal voltaram a evidenciar algum crescimento, sendo sobretudo canalizados para o setor dos serviços. Ao contrário do ano anterior, a dívida oficial dos PALOP a Portugal registou uma descida em 2019, transversal a todos os países.

Tal como nos anos mais recentes, também em 2019 Angola se manteve como o mais destacado destino de exportações e origem de importações de bens de Portugal, bem como o principal investidor direto, sendo o país que, neste grupo, apresentou a maior dívida oficial a Portugal. A par de Moçambique, foi ainda decisivo no comportamento do investimento direto português para este grupo de países.

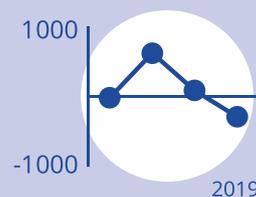
EXPORTAÇÕES PARA OS PALOP E TIMOR-LESTE
milhões de EUR



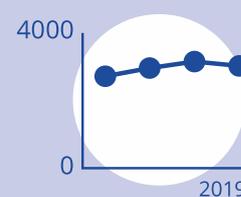
IMPORTAÇÕES DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE
milhões de EUR



INVESTIMENTO DIRETO NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE
milhões de EUR



DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL
milhões de EUR



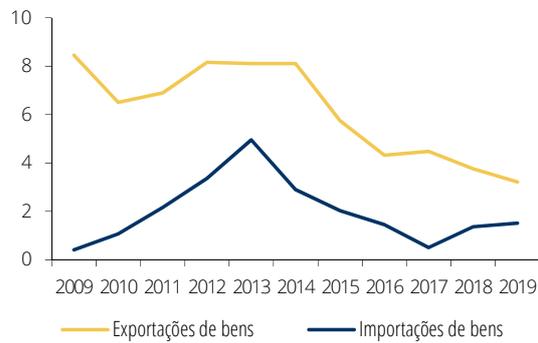
Em 2019, as relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste prolongaram as tendências do ano anterior. Tal como em 2018, as **exportações portuguesas** para estes países diminuíram 11%, com a menor procura de produtos portugueses sobretudo por parte do mercado angolano apenas parcialmente compensado com os aumentos para Cabo Verde e Moçambique. Em termos setoriais, destacam-se as reduções das exportações de bens agrícolas, máquinas e aparelhos, químicos e alimentares, todos com destino a Angola.

O crescimento de quase 17% das **importações portuguesas** de combustíveis angolanos induziu um novo aumento do valor dos produtos que Portugal importa deste conjunto de países em 2019. A balança de bens de Portugal com os PALOP e Timor-Leste voltou a apresentar uma diminuição do seu saldo, para o valor mais baixo desde 2002. Consequentemente, e contando ainda com as reduções dos saldos de serviços e de rendimentos primários, o excedente da balança corrente desceu 22% face ao ano anterior, ficando aquém dos valores dos últimos 12 anos.

Em 2019, o **investimento direto de Portugal** nos PALOP e em Timor-Leste manteve a trajetória descendente anterior, tendo registado um valor líquido negativo. O desinvestimento ocorreu em quase todos estes países, com exceção de pequenos montantes positivos em Timor-Leste e na Guiné-Bissau, e foi mais expressivo em Moçambique e Angola. Em termos setoriais, o desinvestimento ocorreu sobretudo na construção e nos serviços que não atividades financeiras e de seguros. O investimento direto dos PALOP e Timor-Leste em Portugal reforçou-se em 2019, principalmente o proveniente de Angola, com relevo para o setor dos serviços.

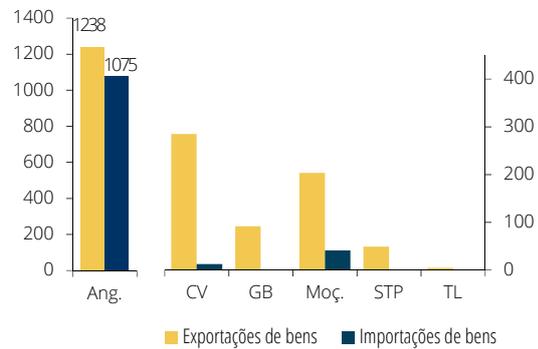
A **dívida oficial dos PALOP a Portugal** registou uma redução em 2019, invertendo a tendência dos últimos dois anos. A dívida deste conjunto diminuiu 3,5% em termos totais no ano findo, descendo em todos os países, reflexo da diminuição da dívida garantida pelo Estado português, que se juntou à trajetória descendente da dívida direta, apresentada desde 2013. Angola manteve-se o principal destes devedores a Portugal.

Gráfico III.1.1 • Relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste | Em % do total



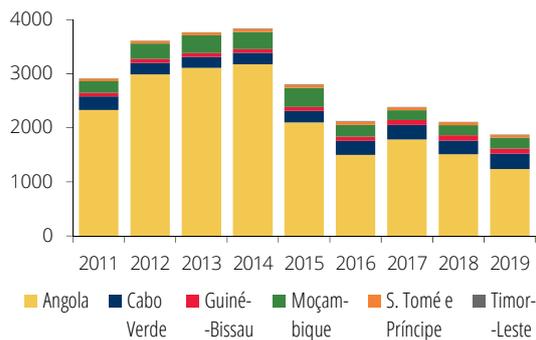
O peso do conjunto dos PALOP e Timor-Leste no total das trocas comerciais portuguesas em 2019 manteve-se em queda nas exportações, para 3,2%, e voltou a subir nas importações, para 1,5%.

Gráfico III.1.2 • Relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste, 2019 | Em milhões de EUR



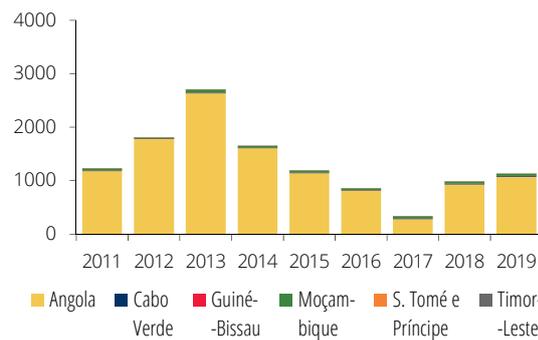
Angola manteve-se em destaque em 2019, com 66% das exportações e 95% das importações de Portugal com estes países. Seguiram-se Cabo Verde e Moçambique, embora a grande distância.

Gráfico III.1.3 • Exportações portuguesas de bens para os PALOP e Timor-Leste, por destinos | Em milhões de EUR



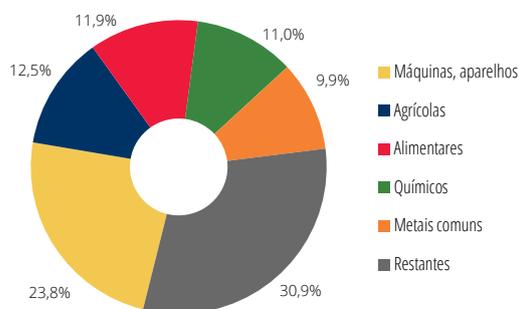
O comportamento do mercado angolano tem vindo a determinar a evolução das exportações de bens portugueses para os PALOP e Timor-Leste, sendo o principal responsável pela recente redução.

Gráfico III.1.4 • Importações portuguesas de bens dos PALOP e de Timor-Leste, por origem | Em milhões de EUR



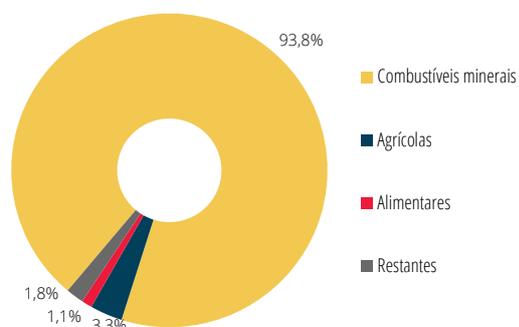
Os combustíveis angolanos dominaram claramente as importações de bens, com nova subida em 2019 a reforçar a trajetória crescente iniciada no ano anterior.

Gráfico III.1.5 • Exportações portuguesas de bens para os PALOP e Timor-Leste, 2019 | Por grupos de produtos



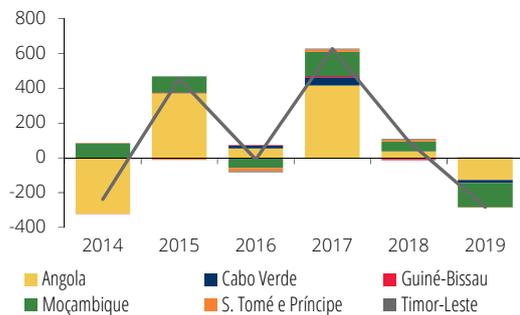
Como acontece habitualmente, também em 2019 os cinco grupos mais relevantes de produtos exportados por Portugal para os PALOP e Timor-Leste representaram perto de 70% do total.

Gráfico III.1.6 • Importações portuguesas de bens dos PALOP e de Timor-Leste, 2019 | Por grupos de produtos



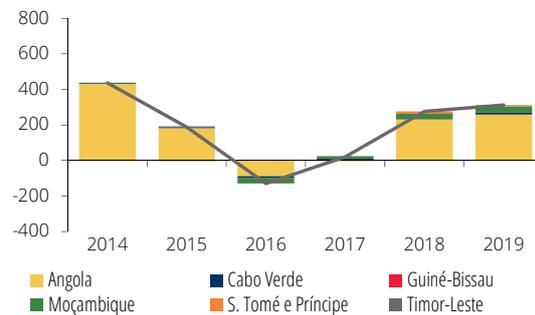
O novo crescimento das importações de combustíveis angolanos reforçou o seu peso no total em 2019. Num distante segundo plano mantiveram-se os bens agrícolas e alimentares moçambicanos.

Gráfico III.1.7 • Investimento direto português nos PALOP e em Timor-Leste | Total e por país, em milhões de EUR



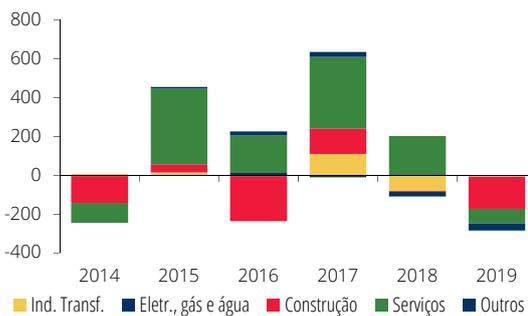
Registou-se um desinvestimento direto líquido de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste em 2019. Deste conjunto de países apenas Timor-Leste evidenciou um valor positivo.

Gráfico III.1.8 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal | Total e por país, em milhões de EUR



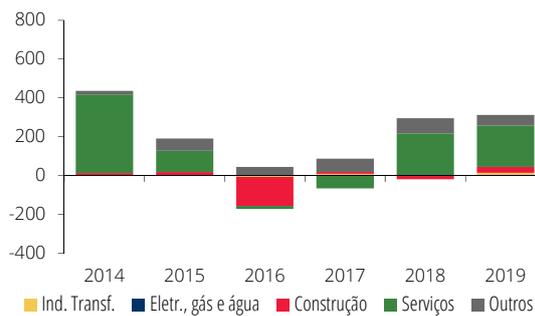
O investimento direto dos PALOP e Timor-Leste em Portugal voltou a crescer em 2019, com destaque para o aumento de Angola mas acompanhado por Moçambique e Cabo Verde.

Gráfico III.1.9 • Investimento direto português nos PALOP e em Timor-Leste | Por setor de atividade, em milhões de EUR



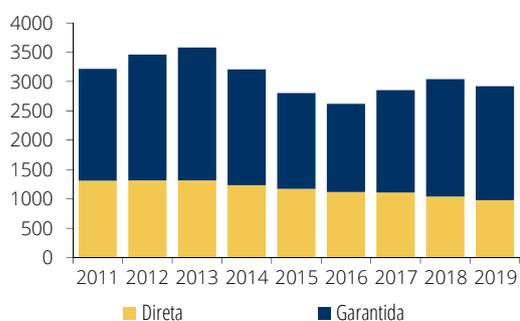
O desinvestimento direto líquido de Portugal em 2019 nestes países alargou-se aos principais setores de atividade, com exceção do subsector das atividades financeiras e de seguros.

Gráfico III.1.10 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal | Por setor de atividade, em milhões de EUR



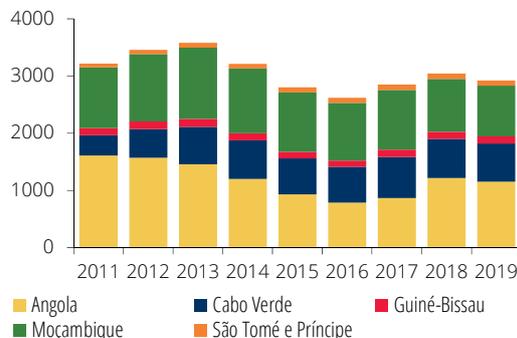
Para além do setor dos serviços, em 2019 a dinamização do investimento direto líquido dos PALOP e Timor-Leste em Portugal contou ainda com a construção.

Gráfico III.1.11 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal | Em milhões de USD



Em 2019, a dívida oficial dos PALOP a Portugal inverteu a tendência de subida que evidenciava desde 2016, com a redução da dívida garantida pelo Estado português a juntar-se à trajetória de redução da dívida direta.

Gráfico III.1.12 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal | Por país, em milhões de USD



A descida da dívida oficial dos PALOP a Portugal em 2019 foi transversal a todos os países deste grupo.

Quadro III.1.1 • Principais indicadores (ótica de Portugal)

		2015	2016	2017	2018	2019
Comércio com os PALOP e Timor-Leste						
Exportações de mercadorias	milhões de EUR	2809,9	2125,6	2386,8	2111,9	1870,8
Angola	milhões de EUR	2099,1	1501,6	1786,2	1512,8	1238,4
Cabo Verde	milhões de EUR	214,5	258,6	266,8	254,1	284,9
Guiné-Bissau	milhões de EUR	73,7	78,4	91,2	94,9	91,3
Moçambique	milhões de EUR	355,1	214,7	180,4	185,8	203,2
São Tomé e Príncipe	milhões de EUR	57,5	64,1	56,3	59,8	48,7
Timor-Leste	milhões de EUR	10,1	8,2	5,9	4,6	4,3
Importações de mercadorias	milhões de EUR	1193,1	858,4	336,3	985,0	1130,3
Angola	milhões de EUR	1142,3	809,8	278,9	928,6	1075,4
Cabo Verde	milhões de EUR	10,9	11,3	14,9	14,3	12,1
Guiné-Bissau	milhões de EUR	0,2	0,3	0,3	0,6	0,8
Moçambique	milhões de EUR	37,8	35,9	41,4	40,2	40,7
São Tomé e Príncipe	milhões de EUR	0,2	0,3	0,4	0,6	0,3
Timor-Leste	milhões de EUR	1,7	0,9	0,5	0,7	1,0
Exportações de mercadorias	% do total de Portugal	5,7	4,3	4,5	3,8	3,2
Importações de mercadorias	% do total de Portugal	2,0	1,5	0,5	1,4	1,5
Balanças bilaterais com os PALOP e Timor-Leste						
Balança de bens	milhões de EUR	1692,2	1329,0	2060,1	1198,3	821,5
Balança corrente	milhões de EUR	4169,8	3285,5	4364,7	3031,7	2354,2
Balança de capital	milhões de EUR	-25,9	-27,7	-30,2	-31,0	-35,9
Investimento direto						
De Portugal nos PALOP e em Timor-Leste	milhões de EUR	455,2	-9,6	626,7	93,9	-284,0
Dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal	milhões de EUR	188,2	-129,5	20,8	276,3	312,4
Dívida oficial dos PALOP a Portugal						
Total	milhões de EUR	2803,1	2621,8	2853,2	3042,8	2922,6
Angola	milhões de EUR	929,2	786,9	868,8	1218,0	1154,8
Cabo Verde	milhões de EUR	632,1	625,0	717,8	683,8	669,5
Guiné-Bissau	milhões de EUR	112,3	110,4	127,4	123,3	122,5
Moçambique	milhões de EUR	1040,6	1007,8	1044,2	926,6	886,7
São Tomé e Príncipe	milhões de EUR	89,0	91,8	95,0	91,1	89,0

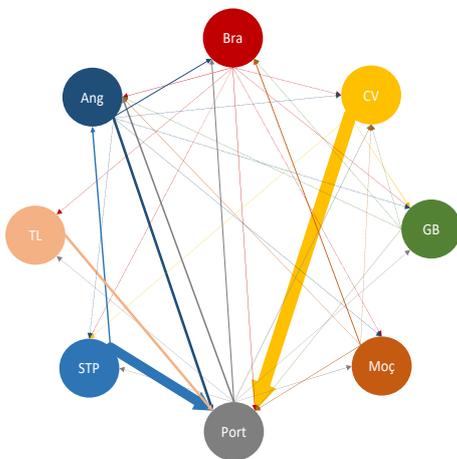
Fontes: Instituto Nacional de Estatística - Portugal, Banco de Portugal e Ministério das Finanças - GPEARI.

Caixa 2 • Relações comerciais bilaterais entre os Países de Língua Portuguesa

As trocas bilaterais de bens entre os Países de Língua Portuguesa (PLP) totalizaram em 2019 um montante de cerca de 6,3 mil milhões de USD. Apesar da multiplicidade de fluxos, as trocas de maior valor realizaram-se entre Angola, Brasil e Portugal, as maiores economias do conjunto. Contudo, uma análise ao peso de cada parceiro no total de cada país revela a importância de Portugal para as exportações de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, bem como o seu papel preponderante como fornecedor para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. O peso de Angola nas importações santomenses é também considerável, sendo este o país com maior dependência dos produtos dos PLP, os quais representaram 72% do total das importações, logo seguido de Cabo Verde, com 48%.

Gráfico C2.1 • Exportações de bens, 2019

Em proporção do total do país de origem



Em proporção do total das trocas entre os PLP

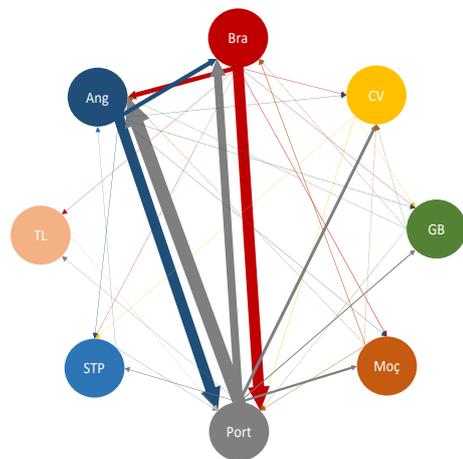
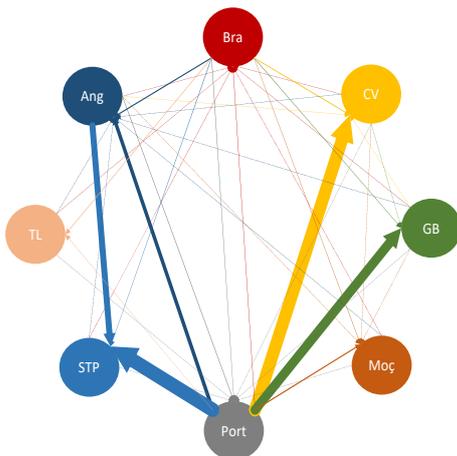
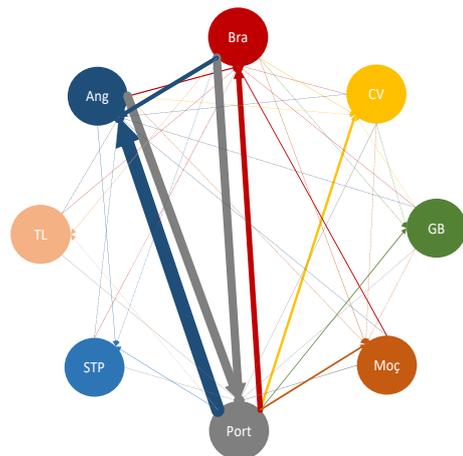


Gráfico C2.2 • Importações de bens, 2019

Em proporção do total do país de destino



Em proporção do total das trocas entre os PLP



Quadro C2.1 • Exportações e importações de bens, 2019 | Em % do total das trocas entre os PLP

Exportadores	Importadores								Total
	Angola	Brasil	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	Portugal	São Tomé e Príncipe	Timor-Leste	
Angola	-	6,8	0,1	0,0	0,0	17,7	0,4	0,0	25,0
Brasil	7,1	-	0,4	0,1	0,6	18,5	0,1	0,1	26,7
Cabo Verde	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,2
Guiné-Bissau	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Moçambique	0,1	0,9	0,0	0,0	-	0,5	0,0	0,0	1,5
Portugal	22,0	13,3	5,1	1,6	3,6	-	0,9	0,1	46,6
São Tomé e Príncipe	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Timor-Leste	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
Total	29,1	21,1	5,5	1,7	4,2	36,9	1,4	0,2	100,0

Quadro C2.2 • Exportações de bens, 2019 | Em % das exportações totais de cada país exportador

Exportadores	Destinos								Total
	Angola	Brasil	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	Portugal	São Tomé e Príncipe	Timor-Leste	
Angola	-	1,2	0,0	0,0	0,0	3,2	0,1	0,0	4,5
Brasil	0,2	-	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,7
Cabo Verde	0,0	0,0	-	0,3	0,0	17,1	0,0	0,0	17,5
Guiné-Bissau	0,0	0,1	0,0	-	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2
Moçambique	0,1	1,3	0,0	0,0	-	0,7	0,0	0,0	2,0
Portugal	2,1	1,3	0,5	0,2	0,3	-	0,1	0,0	4,5
São Tomé e Príncipe	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,2	-	0,0	14,2
Timor-Leste	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	0,0	-	3,3

Quadro C2.3 • Importações de bens, 2019 | Em % das importações totais de cada país importador

Exportadores	Origens								Total
	Angola	Brasil	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	Portugal	São Tomé e Príncipe	Timor-Leste	
Angola	-	3,9	0,0	0,0	0,0	12,9	0,0	0,0	16,8
Brasil	0,1	-	0,0	0,0	0,1	0,4	0,0	0,0	0,6
Cabo Verde	0,0	2,9	-	0,0	0,0	44,6	0,0	0,0	47,6
Guiné-Bissau	0,0	1,6	0,0	-	0,0	32,8	0,0	0,0	34,4
Moçambique	0,0	0,5	0,0	0,0	-	3,6	0,0	0,0	4,1
Portugal	1,4	1,4	0,0	0,0	0,1	-	0,0	0,0	2,9
São Tomé e Príncipe	22,1	1,5	0,0	0,0	0,0	48,0	-	0,0	71,7
Timor-Leste	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	-	2,9

